



Federação
dos Sindicatos
de Metalúrgicos
da CUT/SP

Projeto Latino Americano
Curso de Formação Contínua
“Os Trabalhadores e a ALCA”

Materiais e subsídios para discussão no Quarto Seminário

Mercosul e ALCA

TIE-Brasil
2003

Apresentação

Este “**Materiais e subsídios para discussão...**” é uma coletânea de textos e artigos que tratam dos mais diversos aspectos referentes à ALCA e ao Mercosul (eleições, acordos de Livre Comércio, Negociações, Investimentos, etc) publicados recentemente em jornais, revistas, panfletos e internet.

Exatamente por expressarem opiniões das mais variadas correntes de pensamento em nosso país é que eles estão aqui agrupados. O objetivo é estimular o debate entre sindicalistas e trabalhadores de base, assim como ajudar a identificar as mais variadas estratégias adotadas em relação à ALCA.

Mesmo que o material aqui publicado **não represente** necessariamente **a opinião** de TIE – Transnationals Information Exchange e FEM-CUT – Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT, ajuda no cumprimento de objetivos maiores da parceria de TIE com os sindicatos brasileiros, ou seja, trocar informações e experiências entre trabalhadores de base, estudar estratégias empresariais e sindicais e criar alternativas de desenvolvimento que atendam aos interesses da classe trabalhadora.

É de conhecimento geral que se combatemos a um inimigo que não conhecemos estamos fadados à derrota. Para vencê-lo é necessário que conheçamos bem nosso “exército”, nossas “armas”, nosso “terreno”, assim como ao “exército”, “armas” e “terreno” do inimigo.

Através da leitura de opiniões diversas os trabalhadores juntam informação necessária que os auxiliará no processo de elaboração de um projeto autônomo e sustentável, que concilie a informação, a teoria e a prática do dia-a-dia.

Contudo, a informação por si só não faz nada. Sabemos que ela precisa estar acessível às amplas massas trabalhadoras para cumprir com seu papel no processo de transformação da sociedade. E **é o trabalho de organização de base**, no local de trabalho, no bairro, na igreja, nas associações civis, que faz a diferença, permitindo que a informação seja democraticamente distribuída e que o projeto dos trabalhadores seja amplamente discutido. A união desses fatores (trabalho de base, informação e projeto autônomo e alternativo dos trabalhadores) faz com que as mudanças sonhadas e tão necessárias saiam do campo da utopia para virar realidade.

Acreditamos que este “Materiais e subsídios...” e o Curso de Formação Contínua “Os Trabalhadores e a ALCA” só cumprirão seu papel, ou seja, contribuir para a democratização do debate sobre ALCA, se atingirem quantidade crescente de trabalhadores de base e sindicalistas das mais diversas regiões.

Enfim! este material foi publicado para ser distribuído e debatido entre os trabalhadores. Não o deixe mofando dentro de uma gaveta ☺

Brasil só abre 5 áreas de serviços aos estrangeiros

Genebra, 22 de Abril de 2003 - Maior abertura depende de avanços na área agrícola. O governo brasileiro oferecerá nos próximos dias a abertura do mercado interno à concorrência estrangeira em cinco áreas de pouca relevância econômica, nas negociações de serviços na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A oferta inicial faz concessões para fornecedores externos apenas em serviços de limpeza, veterinários, fotográficos, de organização de convenções e também para serviços de empacotamento.

O Brasil não assumirá nenhum compromisso de abertura em serviços financeiros (bancos, seguradoras, corretoras) e de telecomunicações, as mais demandadas pelas nações industrializadas.

Tampouco fará concessão a estrangeiros nos setores de educação e saúde, outras áreas extremamente sensíveis. As nações industrializadas reconhecem que o mercado brasileiro está mais aberto para seus bancos e telecomunicações, mas dizem que isso é informal. Se o Brasil se compromete formalmente com obrigações na OMC, e não as cumpre, ficará ameaçado de enfrentar retaliações comerciais ou pagar compensações aos parceiros que se julgarem afetados por eventuais barreiras.

Mas o Brasil não aceita sequer consolidar a abertura já existente em certos setores. Sua oferta minimalista reflete a decepção com a falta de progressos na negociação agrícola. Outras discussões vão ser calibradas com o que ocorrer na agricultura, dizem negociadores em Brasília.

Nas cinco áreas que oferece agora, o Brasil também é restritivo: aceita a entrada do investidor estrangeiro, mas não de seus empregados. Se uma companhia quiser oferecer serviço de organização de convenções, poderá ter a garantia jurídica de que o País não voltará atrás. Mas não poderá trazer funcionários para essa atividade.

A negociação global na OMC está praticamente bloqueada por causa da inflexibilidade da União Européia e do Japão no setor agrícola. Em junho, o Egito planeja organizar, no Cairo, uma miniconferência ministerial com 23 países, incluindo o Brasil, para tentar atenuar as divergências e evitar o fracasso da conferência da OMC, em setembro, em Cancún, no México.

A-5(Gazeta Mercantil/Página A1)(Assis Moreira)

Brasil só abre 5 áreas de serviços ...

Genebra, 22 de Abril de 2003 - As atenções estão voltadas para o impasse agrícola. Mas a negociação de serviços é também explosiva. A própria União Européia, que pede a abertura dos outros mercados para seus bancos, seguros, telecom, companhias de água etc, sequer conseguiu apresentar uma oferta na Organização Mundial do Comércio (OMC) diante de divergências enormes entre os 15 países membros.

Os temas são sensíveis e a desinformação também é grande. Um negociador suíço admite que 50% da negociação de serviços é comunicar com o público. O Itamaraty parece reconhecer essa situação e prepara um pequeno manual explicando o que está em jogo.

Até agora, apenas 16 países apresentaram suas ofertas iniciais de compromissos em serviços na Organização Mundial do Comércio (OMC). O prazo era o dia 31 de março último.

Pelo que se sabe de ofertas apresentadas por países como os Estados Unidos e o Canadá, parece evidente que as demandas brasileiras, por exemplo de menos burocracia para instalar bancos naqueles países, não foram atendidas.

Os Estados Unidos dominam o comércio internacional de serviços, mas mostram, como os outros, forte relutância em abrir seu mercado a fornecedores estrangeiros. Sua oferta parece buscar crédito pela liberalização que o país já fez.

A Suíça, com seu grande mercado bancário, oferece aos estrangeiros acesso para instrução de esqui no país. A Austrália recusa compromissos em áreas como saúde e educação públicas, e no setor de água.

Já a Coreia do Sul aceita a entrada parcial de escolas estrangeiras, argumentando que necessita melhorar o nível de ensino.

Por outro lado, até o fim deste mês a União Européia e o Mercosul devem trocar ofertas de serviços na negociação birregional.

A Europa quer que as companhias européias possam levar sem restrições seus próprios diretores para o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, acabando com práticas burocráticas que hoje dificultariam a concessão de vistos de trabalho e de autorização de residência.

(Gazeta Mercantil/Página A5)(Assis Moreira)

Um pleito cabeça a cabeça, na Argentina

Buenos Aires, 22 de Abril de 2003 - A apenas cinco dias do primeiro turno da eleição presidencial na Argentina, as pesquisas indicam que quatro candidatos estão embotados e com chances de ir ao segundo turno.

Com diferenças percentuais mínimas, aparecem três peronistas - o "renovador", apoiado pelo governo, Néstor Kirchner; o ex-presidente Carlos Menem e o ex-governador Adolfo Rodríguez Saá -, além do ex-ministro da Defesa do governo de Fernando de La Rúa, o economista liberal Ricardo López Murphy (MFR).

Página A-8(Gazeta Mercantil/Página A1)(Ismael Pfeifer)

Argentina indecisa, a apenas 5 dias da eleição presidencial

Buenos Aires, 22 de Abril de 2003 - Pesquisas são divergentes e apontam empate entre quatro candidatos. A apenas cinco dias do primeiro turno da eleição presidencial na Argentina, as pesquisas apontam resultados díspares, mas indicam igualmente que pelo menos quatro candidatos estão emboçados e estatisticamente com chances de ir ao segundo turno. Três peronistas (Partido Justicialista), o "renovador" apoiado pelo governo, Néstor Kirchner, o ex-presidente Carlos Menem e o ex-governador da província de San Luis, Adolfo Rodríguez Saá, mais o ascendente ex-ministro da Defesa do inacabado governo de Fernando de La Rúa, o economista liberal Ricardo López Murphy (MFR), aparecem com diferenças percentuais mínimas nos vários levantamentos de intenção de voto.

Duas pesquisas publicadas no fim de semana, sobre entrevistas realizadas semana passada - portanto, com 10 dias de antecedência à eleição -, apontaram cada uma um líder diferente na preferência do eleitor. Segundo o Ibope/OPSM, o ex-governador da província da Santa Cruz, Kirchner, se mantém em primeiro com 20,9%. Depois está Menem, com 17,8% e em terceiro López Murphy, com 14,6%, quase empatado com Saá, com 14,5%.

Ipsos/Mora y Araujo indica Menem em primeiro com 18,3%, seguido de Kirchner com 16,8%, Murphy com 16,3% e Saá com 15,1%. Como estes levantamentos admitem margem de erro próxima dos 3 pontos percentuais, para cima e para baixo, Kirchner e Menem estariam tecnicamente empatados em ambos. O resultado Ibope apresentaria ainda outro empate, entre Menem, Saá e Murphy. No caso da pesquisa Ipsos, estariam todos tecnicamente empatados.

Apesar das diferenças, tanto estes dois institutos quanto outros que apresentaram pesquisas recentes demonstram que a candidata de centro-esquerda, Elisa Carrió (ARI), estaria perdendo votos para López Murphy, embora estejam em lados opostos do espectro ideológico. No Ibope ela tem 12,8% e na Ipsos, 12,6%. Estaria pagando por recentes divisões dentro de seu partido, que geraram o afastamento da ala mais à esquerda entre seus colaboradores, e pela aparente incapacidade de aglutinar outras legendas socialistas em torno de sua candidatura.

Em situação oposta está o economista tido como ortodoxo, ex-diretor da Fiel - centro de estudos econômicos e financeiros - e que há até poucos anos era praticamente desconhecido no cenário político local. De origem "radical" (União Cívica Radical), foi ministro da Defesa no acidentado governo de De La Rúa. Ali viveu uma experiência sui generis, ao ser sacado do posto após dois anos e promovido a ministro da Economia, em substituição a José Luis Machinea, que caiu em março de 2001. Mas a vida de López Murphy na nova função seria meteórica. Foi exonerado 15 dias depois por seu pacote de pesados cortes fiscais, substituído por Domingo Cavallo.

Manteve-se em silêncio logo após sua exoneração e apenas meses depois passou a discursar como aquele a quem não permitiram fazer reformas contra o aprofundamento da crise econômica e financeira, o que se assistiria em seguida. No fim de 2002 apresentou-se como candidato independente, montado sobre seu próprio partido, o Movimiento Federal Recrear (MFR), com o que atraiu simpatizantes de fora do peronismo e cansados da UCR.

O inédito equilíbrio entre os principais candidatos está surpreendendo os próprios institutos de pesquisa, acostumados a eleições presidenciais bipolarizadas, a ponto de alguns deles terem optado por suspender a publicação de resultados por causa da alta volatilidade do eleitor nesta reta final. "Há uma parcela grande dos eleitores que está trocando persistentemente de candidato e isto impede a que se chegue a resultados confiáveis", disse o diretor da consultora Equis, Artemio Lopez. Segundo outro instituto, Römer e Associados, 60% dos entrevistados em suas pesquisas admitem a possibilidade de troca no momento final.

Todas consultoras concordam que pela primeira vez na história eleitoral argentina haverá decisão em segundo turno. A regra que estabelece o "ballotage", como se prefere dizer aqui, existe desde os anos 60.

(Gazeta Mercantil/Página A8)(Ismael Pfeifer)

Mercosul estuda acordos fora do bloco

Brasília, 22 de Abril de 2003 - O Mercosul faz, nas próximas semanas, reuniões com a Índia, México e Peru para avançar nas discussões de acordos comerciais. A primeira delas será com a Índia, nesta quinta e sexta-feiras. É o primeiro encontro para negociar o tratado e acontecerá em Assunção. Dessa reunião é possível que saia um acordo, com as bases da negociação.

Desde 1999, os indianos demonstram interesse em discutir um tratado com o bloco, mas as conversas não progrediram em razão da crise na região, segundo um negociador brasileiro. No ano passado, a Índia

enviou um projeto de acordo, propondo uma área de livre comércio entre as duas partes. O Mercosul respondeu propondo uma integração econômica em duas fases: primeiro, um acerto de preferências tarifárias, seguido de uma área de livre comércio. "São economias que se conhecem relativamente pouco. Achamos mais prudente (a contra-proposta feita)", diz o negociador.

Dentro do governo do Brasil estão sendo discutidas listas de produtos que podem ser ofertadas aos indianos para liberalização. A corrente de comércio com o país asiático deu um salto de 2001 para 2002, principalmente devido às vendas brasileiras. A exportação passou de US\$ 285,3 milhões para US\$ 653,6 milhões, respectivamente. As importações passaram de US\$ 542,8 milhões para US\$ 573,2 milhões no ano passado.

Para maio, está programada uma reunião com a África do Sul. Ocorrerá também na capital do Paraguai, país que ocupa a presidência pró-tempore do Mercosul. Será a quarta rodada de negociações de um acordo de preferências tarifárias. Também há um acerto entre as duas partes para avançar para uma área de livre comércio numa segunda fase.

Esta próxima conversa deverá girar em torno de temas técnicos. Entre as dificuldades a serem discutidas está o não entendimento de alguns produtos da lista de ofertas sul-africana. Há, por exemplo, nomes que parecem a denominação comercial de remédios, e não o de componentes de medicamentos. "Esse é um acordo bem encaminhado do ponto de vista político e poderá até ser fechado neste ano", afirma um diplomata brasileiro.

A negociação envolve uma oferta de mais de três mil itens tarifários brasileiros, e mais de dois mil itens sul-africanos. No setor industrial, há uma certa complementaridade entre os dois países. O país africano têm, por exemplo, uma indústria química bem desenvolvida. No setor agrícola, há alguns segmentos sensíveis. O governo brasileiro pediu a abertura dos mercados de produtos como açúcar, soja e frutas temperadas.

A exportação do Brasil para a África do Sul foi de US\$ 477 milhões em 2002, e a importação atingiu US\$ 181 milhões. No ano anterior, os valores foram de US\$ 423,8 milhões e de US\$ 285,9 milhões, respectivamente.

Também deverá haver uma quarta rodada de negociação de um acordo de livre comércio com o Peru, no final deste mês. Esse é o único país da Comunidade Andina (CAN) com o qual a discussão avançou, com exceção da Bolívia, que já tem um acordo de livre comércio com o bloco do Cone Sul. Os outros países são Colômbia, Venezuela e Equador.

Na reunião anterior foram trocadas listas de produtos sensíveis. No caso dos peruanos, esses itens estão principalmente no setor agrícola, afirmam diplomatas. De acordo com um negociador, o objetivo é firmar um acordo clássico, com abrangência de 85% do comércio. As propostas do Mercosul estão divididas em dois grupos. Uma é da Argentina e do Brasil, e a outra é do Uruguai e do Paraguai. As do primeiro grupo são de abertura total desses mercados em oito anos, enquanto a abertura do Peru para ambos ocorreria em dez anos. Os paraguaios e uruguaios propuseram um tempo de dez anos para abrirem seus mercados e receberem em troca - no mesmo prazo - a abertura do mercado peruano. O comércio entre Peru e Brasil foi de US\$ 654 milhões no ano passado.

(Gazeta Mercantil/Página A8)(Claudia Mancini)

Solução à brasileira para o motor bicombustível

Hortolândia (SP), 22 de Abril de 2003 - O sistema bicombustível que equipa o Gol Total Flex, da Volkswagen, que funciona com gasolina, álcool ou qualquer mistura dos dois combustíveis, exigiu investimentos de R\$ 5 milhões e o trabalho de 30 engenheiros brasileiros da Magneti Marelli, de Hortolândia, no interior de São Paulo.

Um chip eletrônico faz com que o sistema reconheça o combustível que está em uso e mude rapidamente duas variáveis do motor: a relação ar/combustível e a faísca das velas. A Volks está vendendo 400 Gol bicombustível por semana.

Página C-4 (Gazeta Mercantil/Página A1)(Roberto Manera)

Álcool e gasolina no mesmo tanque

Hortolândia (SP), 22 de Abril de 2003 - A Magneti Marelli sai na frente com sistema bicombustível e já colhe frutos do pioneirismo. O departamento de controle de motores da fabricante de autopeças Magneti Marelli investiu R\$ 5 milhões, o trabalho de uma equipe de trinta engenheiros e quatro anos de pesquisas para que o motorista só tenha de escolher entre álcool ou gasolina na hora de encostar no posto de combustível. Como compensação, consolidou sua liderança no mercado brasileiro de injeção eletrônica, do qual mantém uma fatia de 42%, e está em posição favorável para lançar, internacionalmente, um produto inédito. Trata-se do SFS - Software Flexfuel Sensor -, um programa de computador que gerencia a queima de álcool, de gasolina ou da mistura dos dois combustíveis, em qualquer proporção, no mesmo motor.

Simple, mas de difícil solução

A miniaturização dos componentes eletrônicos, o aumento brutal de capacidade dos chips de memória e de velocidade e desenvolvimento da programação de computadores foram os principais impulsores do

desenvolvimento, primeiro das injeções eletrônicas e, logo depois, das atuais centrais de controle dos motores automotivos. No caso do sistema bicombustível, o chip que adapta a injeção e o instante de ignição (a faísca) ao combustível presente no tanque, não passa de uma pastilha quadrada de 2cm por 2cm. Seu trabalho, no entanto, é desproporcional ao tamanho. Ela precisa analisar e, através de algoritmos especialmente programados, adaptar essas duas variáveis à mistura de ar e combustível que entram na câmara de combustão dos cilindros do motor. Apesar de num amplo espectro de temperatura a gasolina e o álcool serem perfeitamente homogeneizáveis, solúveis, os dois exigem misturas diferentes com o ar - a gasolina requer 13,2 quilos de ar para cada 1 quilo dela própria, e no álcool essa relação é de 9 por 1 -, para a queima ótima e o menor nível de emissões. A missão do SFS é detectar a exata mistura dos dois combustíveis, ou a presença de apenas um deles, e determinar à injeção e ao sistema de avanço como devem funcionar. Já foram desenvolvidos sistemas semelhantes para outras misturas, como a da gasolina com o metanol, nos Estados Unidos. Esses sistemas, entretanto, exigiam a utilização de um caro sensor nos tubos de alimentação do motor. A grande vantagem do SFS é que ele só utiliza o software desenvolvido pela Magneti Marelli. Os sensores são os mesmos existentes em qualquer outro sistema de injeção eletrônica. Com toda essa simplicidade, o SFS detecta qualquer variação na mistura em 3 milésimos de segundo. Depois de reabastecido, caso tenha havido uma grande variação da mistura ou do combustível puro, o sistema leva apenas 40 segundos para se adaptar à nova fonte de energia.

Vantagens para todos

"Para o cliente final, o usuário, o SFS oferece as vantagens da escolha mais econômica, conforme o preço dos dois combustíveis; entre a economia do álcool e a autonomia proporcionada pela gasolina; entre dois níveis de emissão de gases, quesito em que o álcool leva vantagem; ou simplesmente independer da disponibilidade de um ou outro no local em que se encontra", diz o presidente da Powertrain Mercosul, divisão da Magneti Marelli à qual está ligado o departamento. Há quatro anos no cargo, o engenheiro Silverio Bonfiglioli é considerado o "pai" do SFS e o maior responsável pela realização do projeto, que chegou ao mercado há três semanas no Volkswagen Gol Total Flex, modelo que sinaliza tornar-se um sucesso de vendas (veja o box abaixo). "Tenho certeza de que estamos mesmo mudando o rumo da indústria automobilística brasileira", diz Bonfiglioli. Ele acha que além de oferecer a opção ao comprador indeciso entre álcool e gasolina, o SFS cumpre a importante missão de interromper a curva descendente, desde 1992, da produção de veículos a álcool. "O Brasil não pode perder a tecnologia do álcool, tão duramente desenvolvida e única no planeta", afirma.

O próximo modelo equipado com o SFS a chegar ao mercado será o Fiat Palio 1.3, já apresentado pela montadora italiana em Betim (MG), e que chegará ao mercado no início de junho. O departamento de controle do motor da Magneti Marelli fornece para a Fiat, a Volkswagen, a Renault, a PSA Peugeot-Citroën, a Ford do Brasil e a General Motors do Brasil.

As receitas anuais da divisão Powertrain somam R\$ 450 milhões e a empresa mantém a política de investir entre 9% e 10% de seu faturamento no desenvolvimento de novos produtos. A fábrica de controle do motor, em Hortolândia, na região de Campinas, a 100 quilômetros de São Paulo, tem 650 empregados e cerca de 250 colaboradores terceirizados. Nas demais unidades da divisão Powertrain Mercosul (Amparo (SP), Contagem (MG) e Córdoba, na Argentina, trabalham 1.300 pessoas. No projeto SFS participaram 30% dos 100 integrantes do time de engenharia da fábrica de Hortolândia, sob a chefia do engenheiro italiano Gino Montanari, que gosta de frisar: "Todos engenheiros brasileiros".

(Gazeta Mercantil/Página C4)(Roberto Manera)

Volks vende 1,2 mil Gol Total Flex

São Paulo, 22 de Abril de 2003 - Pouco menos de um mês depois de comemorar 50 anos de atividades no País e ser a pioneira no lançamento de um carro bicombustível, a Volks-wagen do Brasil anuncia as vendas das primeiras 1,2 mil unidades de Gol Total Flex, que funciona a base de gasolina e/ou álcool.

Quatrocentos por semana

Segundo a assessoria de imprensa da montadora, desde o lançamento do modelo, no dia 24 de março, a empresa vendeu uma média de 400 unidades por semana.

Com o modelo Gol no mercado brasileiro há 16 anos, a Volkswagen saiu na frente com o seu modelo bicombustível Power equipado com motor AP 1.6 e com potência que varia de 97 cv (gasolina) a 99 cv (álcool), dependendo do combustível utilizado. O sistema utilizado pela Volks-wagen é fornecido pela Magneti Marelli.

(Gazeta Mercantil/Página C4)(Lilian Satomi)

Acordo no ABC reabre disputa sindical

São Bernardo, 22 de Abril de 2003 - Terceirização de linha da Volks para fabricação do Tupy Europeu reacende velhas divergências. A vitória do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na batalha para trazer a linha de produção do Tupy Europa para a fábrica da Volkswagen de São Bernardo reacendeu disputas sindicais na região. Reorganizado e disposto a aumentar o tom das críticas ao "sindicalismo de resultados" - na definição

dos radicais -, a oposição ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, já prepara o terreno para novos embates dentro das fábricas e mesmo no diretório do PT de São Bernardo.

"Ninguém no ABC é contra o desenvolvimento econômico e a manutenção de uma linha importante de montagem como a da Volks; o problema é que não dá para abrimos mão de conquistas históricas para os trabalhadores", afirma o vereador petista Aldo dos Santos, que apóia a oposição esquerdista dos metalúrgicos. "A terceirização vai contra esses ideais e precariza o emprego", diz.

"Terceirização significa perda salarial; a empresa ganha, o trabalhador perde", afirma Sinval dos Santos, da comissão de fábrica e contrário ao acordo com a empresa. "Sem falar na dificuldade de realocar tanta gente, cera de dois mil funcionários, em outros locais da fábrica." Ele ainda critica a "falta de democracia" na assembléia que decidiu pelo acordo. "A proposta da diretoria veio fechada e não houve espaço para discursos contra a terceirização." Quando o presidente Luiz Inacio Lula da Silva esteve na Volks de São Bernardo, há duas semanas, o grupo contestador promoveu protestos contra a terceirização da ala 21 da empresa - que produz peças.

A flexibilização das regras trabalhistas, incluindo a terceirização, foi uma das condições para que a Volks de São Bernardo recebesse a linha do Tupy Europeu, modelo que estava sendo disputado por fábricas de países como Portugal, China, República Tcheca e Eslováquia. Os protestos contra a medida - chamada de capitulação do sindicato frente ao "rolo compressor" da empresa - incluíram uma passeata na manhã de um sábado pelo centro de São Bernardo, que terminou em frente ao edifício onde mora Lula.

Debaixo de uma fina garoa, um Lula meio constrangido, mas sorridente e receptivo, ouviu as reivindicações, mas não fez qualquer comentário. Ele é o maior entusiasta do que considera o "moderno sindicalismo" praticado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que presidiu nos anos 70. Por conta disso, Lula apoiou as negociações do sindicato com a Volkswagen, encabeçadas por Marinho e José Lopes Feijó, vice-presidente da entidade e futuro presidente a partir de junho.

Mesmo sabendo da posição do presidente da República, os metalúrgicos oposicionistas acreditam que ganharam pontos ao aparecer na mídia com o protesto. Foram necessários quase sete anos para ofuscar a má impressão que o grupo causou quando da eleição na renovação da diretoria do sindicato em maio de 1996, na votação no pátio da Volks. Na ocasião, Marinho fazia campanha para eleger-se pela primeira vez como presidente e estava discursando "em casa", já que foi e ainda é funcionário da empresa.

Ao terminar o discurso, foi agredido no rosto por um desafeto que integrava o grupo radical histórico que fazia oposição à Articulação Sindical. A briga acabou na primeira página de todos os jornais e lançou dúvidas sobre a alardeada tranqüilidade da eleição dos metalúrgicos do ABC, ao mesmo tempo que relegou o grupo esquerdista da Volkswagen ao ostracismo nos anos seguintes.

O vereador Aldo dos Santos, que é professor, não vê o ressurgimento da oposição mais à esquerda dos metalúrgicos como uma estratégia para tentar atrapalhar o domínio da Articulação Sindical na eleição de 2005 para a renovação da diretoria. "Nossa meta é alertar para a perda de valores históricos trabalhistas tão caros aos metalúrgicos e ao PT. São bandeiras que estão sendo abandonadas em nome de um pragmatismo que supostamente está preservando empregos", afirma. "Isso é um engano, porque os empregos estão indo embora, estão sendo perdidos, estão sendo precarizados mesmo com a atual política conciliatória do sindicato dos metalúrgicos", diz Santos.

Para Feijó, vice-presidente do sindicato, a questão não pode ser analisada de forma simplista, como quer o grupo oposicionista. Segundo ele, a nova conjuntura econômica mundial e as situações atuais de mercado requerem muita negociação e o estabelecimento de novos padrões de conduta sindical. "A diretoria do sindicato tem plena consciência dos problemas estruturais por que passa a indústria automobilística e precisa pensar alternativas para evitar demissões e transferência ou até mesmo o fechamento de fábricas", afirma. "A negociação com a Volkswagen acerca do Tupy foi um duro teste e acho que fomos bem-sucedidos."

Para ele, a chegada do Tupy Europeu será essencial para evitar a obsolescência e a ociosidade da fábrica, que já teve 48 mil funcionários nos anos 70 e hoje conta com 16 mil. Existe entendimento, segundo lideranças trabalhistas, de que a nova linha é fundamental para a continuidade das operações da Volkswagen no ABC.

O vice-presidente do sindicato destaca as vantagens de produzir o carro para exportação no ABC. "Nós temos a vantagem de termos uma mão-de-obra muito qualificada, experiente e, infelizmente, mais barata do que a européia. Entretanto, portugueses e tchecos ganham na questão da logística, pois estão muito mais próximos dos grandes mercados."

Já o deputado Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, vai direto ao ponto quando é criticado pela oposição esquerdista de que iniciou o "processo de concessões" às empresas, no início dos anos 90. "O ABC perdeu fábricas e sofreu com o desemprego causado pela política de abertura econômica indiscriminada", afirma. "Mais de 100 mil empregos foram extintos; ao mesmo tempo, outras regiões do País se tornaram mais competitivas em todos os aspectos; portanto, o sindicalismo como um todo precisa ser criativo para evitar mais perdas", explica. "Criticar sem apresentar propostas não resolve."

(Gazeta Estado de São Paulo/Página 8)(Marcelo Moreira)

Brasil poderia proteger mais a indústria

Genebra, 22 de Abril de 2003 - "**A Índia aplica muito os instrumentos de defesa e não é acusada de abusos**", diz juiz da OMC. O Brasil poderia usar muito mais os instrumentos de defesa comercial - salvaguarda e antidumping - para proteger sua indústria contra a concorrência desleal de produtos estrangeiros, a exemplo do que fazem países como a Índia. É o que diz um observador chave na cena comercial: Luiz Olavo Baptista, o brasileiro que é um dos sete juizes do Órgão de Apelação da Organização Mundial de Comércio (OMC).

Para ele, o Brasil aplica as regras comerciais de maneira mais rigorosa do que é exigido pela OMC. "É como ser convidado a uma festa com roupa social e aparecer de smoking." O juiz lembra que mecanismos como salvaguarda e antidumping são a válvula de escape do sistema para proteger os países. Se o Brasil os usa pouco, é porque deve haver um problema. "Ou nossos produtos são muito caros ou a indústria não sabe realmente usá-los para se defender." A culpa, diz, deve ser dividida entre a indústria, o governo que deveria explicar mais e a falta de formação de técnicos.

Os dados da OMC no período de 1º de junho de 2001 a 30 de julho de 2002 mostram que o Brasil foi um dos seis mais ativos entre os 145 membros da organização, na abertura de investigações antidumping sobre importações de produtos com preço abaixo do "valor normal".

A Índia lidera com 76 ações, seguida dos EUA (58), Argentina (26), União Européia (23), Austrália e Brasil (16 cada). Do outro lado, é fato que as exportações brasileiras estão entre as mais afetadas por investigações antidumping em vários mercados no mundo. A China é o principal alvo com 46, seguido pela UE (39), Indonésia (15), Coréia (14), Brasil e Taiwan (13 cada).

Os dados da OMC indicam que 1.189 medidas antidumping estavam em vigor, sendo 22% nos EUA, 18% na UE, 13% na Índia e 8% na África do Sul e Canadá. A Índia tinha 150 ações, contra apenas 53 do Brasil. "A Índia aplica muito os instrumentos e não é acusada de abusos. O importante é saber usá-los no limite permitido pelas regras."

Medidas antidumping são aplicadas contra importação com preço considerado desleal. Já as salvaguardas são aplicadas contra importações legais. Por exemplo, se um país baixou a tarifa, mas não calculou que haveria em consequência brusco aumento de importações. Para defender a indústria local, o país aplica salvaguarda, aumentando de novo as tarifas, por quatro anos. Mas a indústria sob proteção precisa se submeter a uma reestruturação para retomar a competitividade.

O Brasil tem atualmente três salvaguardas aplicadas: uma protege a indústria de brinquedos há oito anos, com tarifas mais elevadas, e acaba em dezembro. Outra foi aplicada em setembro do ano passado para proteger os produtos nacionais de côco contra a importação asiática. Uma terceira é aplicada no âmbito do Acordo Têxtil para proteger a produção nacional de poliéster.

Para certos analistas, há dificuldades crescentes para um país aplicar tanto salvaguarda quanto medida antidumping, em razão de interpretações do Órgão de Apelação.

Na área de salvaguarda, um exemplo é a condenação da medida imposta pelo governo Bush para proteger o setor siderúrgico americano. Quase todo mundo comemorou e os americanos chiaram. Mas certos analistas reconhecem que os juizes da OMC interpretam de tal forma o Acordo de Salvaguardas que a tendência vai ser mesmo de dificultar o uso desse instrumento.

O exemplo na área de antidumping é uma recente decisão na briga entre a UE e a Índia sobre lençóis de linho exportados pelos indianos.

Quando um país aplica um direito antidumping, não precisa investigar todas as empresas. Para algumas delas, pode aplicar uma média. Agora, os juizes da OMC decidiram que o país tem que investigar todas as empresas. Isso dificulta a aplicação de antidumping. A decisão pode ser favorável para países exportadores. Mas o mundo não é só de vendedores. O resultado é que ficará ainda mais difícil sua aplicação por parte de países que não têm uma estrutura burocrática sofisticada como EUA e UE.

(Gazeta Mercantil/Página A5)(Assis Moreira)

Biodiesel começa a atrair investidores

Ribeirão Preto (SP), 22 de Abril de 2003 - O biodiesel, combustível obtido a partir da reação do óleo vegetal com o álcool, começa a atrair investidores no Brasil. Uma equipe coordenada por Miguel Dabdoub, professor da USP em Ribeirão Preto, desenvolveu um processo para obter o combustível com uso do álcool etílico (da cana-de-açúcar). Nos Estados Unidos e na Europa, o produto é obtido pela reação com o metanol, altamente tóxico.

A vantagem da nova técnica é que o Brasil é o maior produtor mundial de álcool, com mais de 12 bilhões de litros anuais.

Página A-6(Gazeta Mercantil/Página A1)(Edson Álvares da Costa)

Pesquisa torna biodiesel viável no País

Ribeirão Preto (SP), 22 de Abril de 2003 - Nova técnica de produção desenvolvida no Brasil já começa a atrair investidores para o setor. O biodiesel - combustível para uso automotivo composto por óleo vegetal transesterificado por reação com álcool - já é realidade nos Estados Unidos e em alguns países europeus há pelo menos duas décadas. No Brasil, onde foi desenvolvido no final dos anos 70, ainda é utilizado em meia dúzia de postos de abastecimento clandestinos. Ou seja, definitivamente, não vingou. Agora, mais de 20 anos depois da introdução no Brasil, este combustível limpo e originário de fontes renováveis de energia está próximo de se tornar realidade no País.

Miguel Dabdoub, doutor em química e professor da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto, coordenou a pesquisa recém-finalizada que permite a produção de biodiesel com álcool etílico - o da cana-de-açúcar - com alta eficiência e viabilidade econômica. Nos Estados Unidos e Europa, que consomem 2 bilhões de litros de biodiesel por ano (puro ou misturado no diesel de petróleo), o combustível é feito a partir de álcool metílico, o metanol, altamente tóxico.

"Podemos sonhar com ciência, mas também temos visão política e econômica", diz Dabdoub, que realizou, na última semana, em Ribeirão Preto, o 1 Congresso Internacional de Biodiesel. Além de Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, participaram do evento representantes de outros quatro ministérios; da Agência Nacional de Petróleo (ANP); deputados; prefeitos; produtores rurais; pesquisadores; e quatro empresas européias construtoras de fábricas de biodiesel. Todos unânimes em apoiar o combustível.

Esforços coordenados

"Num país pobre como o nosso, não podemos perder tempo nem dinheiro. É imperiosa a necessidade de coordenar esforços para viabilizar o biodiesel", diz Rodrigues. O ministro acha que pelo menos seis ministérios - Agricultura, Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário -, além de dezenas de universidades e empresas de pesquisa, têm de trabalhar juntos para tornar o biodiesel realidade.

"Precisamos especificar e regulamentar o biodiesel", alerta Rodrigues. A ANP espera regulamentar o uso do combustível brevemente, o que lhe dará credibilidade e estimulará investimentos agroindustriais para a produção em larga escala.

"Podemos viabilizar a produção a partir de óleo de soja, girassol, coco, babaçu, dendê e até de pequi", afirma Dabdoub. Empenhado em promover a produção de óleo vegetal com a participação de assentamentos e pequenas propriedades rurais, o cientista até enviou uma proposta ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, mas ainda não obteve resposta.

Interesse de multinacionais

"O mundo dá tanta importância ao biodiesel que quatro empresas estrangeiras ficaram sabendo do congresso pela internet e vieram sem serem oficialmente convidadas", diz Thatyane Nobre, química e representante da companhia austríaca BDT Biodiesel Technologies. Além da BDT, estiveram em Ribeirão Preto as alemãs Westfalia, Ferrostal e Lurgue. Mas as fábricas que essas multinacionais vendem é para a produção de biodiesel a partir do metanol, que não é produzido aqui. "O potencial do biodiesel é tão grande que as multinacionais decidiram participar do evento, mesmo com plantas que usam o metanol", acrescenta Thatyane.

Além disso, no caso da BDT, uma fábrica grande, que custa US\$ 1 milhão, produz somente mil litros por hora. Com a tecnologia descoberta por Dabdoub, que usa etanol e radiação eletromagnética, o volume de biodiesel produzido em uma hora é 30 vezes maior do que o de uma planta européia. Segundo ele, já foi patenteado o processo contínuo de transformação do óleo vegetal em biodiesel, por radiação eletromagnética. Como subproduto da transesterificação do óleo vegetal, tem-se glicerina, um triálcool de alto valor no mercado, usado nas indústrias de cosméticos e bélica.

"É o passado e o futuro se encontrando no presente", afirma Hernani Sá, ex-engenheiro da Petrobras e pioneiro no desenvolvimento e uso do biodiesel no Brasil. Foi ele quem inaugurou o primeiro posto nacional de biodiesel, em 1980, no Rio, que abastecia ônibus da Companhia de Transportes Coletivos (CTC). O projeto durou apenas dois anos. Mas, persistente, Sá inaugurou, em 1984, um posto de Dendiesel (diesel de dendê) na cidade baiana de Ilhéus. Rodou 87 mil quilômetros numa VW Parati com biodiesel de dendê e outros 2 mil quilômetros com biodiesel de soja.

Agora, ele acredita que o biodiesel vá para frente. Tanto que participa do projeto da Ecotech Energia Limpa Ltda., que investirá US\$ 2 milhões numa fábrica de biodiesel de mamona em Iraquara (BA), na Chapada Diamantina. O óleo de mamona, cujo índice de viscosidade praticamente não varia com a temperatura, é usado como lubrificante em aviões, foguetes e naves espaciais. Mesmo sem biodiesel, os ganhos da Ecotech são garantidos: a tonelada do óleo de mamona na Bolsa de Chicago está cotada a US\$ 1 mil por tonelada, em comparação com US\$ 500 do óleo de soja.

Para o químico Dabdoub, o uso ideal do biodiesel, inicialmente, teria a especificação B 5, ou seja: uma mistura constituída de 5% de biodiesel e 95% de petrodiesel. Segundo ele, com a implantação do B 5, o País teria uma economia de US\$ 400 milhões anuais com a redução de importação de petrodiesel. Nesta

composição, o biodiesel incorporaria 11% de álcool etílico. Com o tempo, a mistura de biodiesel no petrodiesel poderia aumentar para 10%, 15% e 20%, o que demandaria mais etanol e traria ainda mais economia ao País.

Em Ribeirão Preto, a USP, a prefeitura e o McDonald's assinaram carta de intenções para produzir biodiesel a partir de óleo vegetal usado na fritura de hambúrgueres e de batatas pela rede de fast-food americana. Os 256 veículos à diesel da prefeitura passariam a usar biodiesel em vez de petrodiesel. Duas transportadoras da região, a Beta Transportes (que opera para a Leite Nilza) e a Transportes Imediato (da AmBev), usarão o produto em 13 e 30 caminhões novos, respectivamente.

Abundância de terras

A grande vantagem do biodiesel nacional está no uso do álcool etílico na sua produção. Maior produtor mundial de álcool (mais de 12 bilhões de litros anuais), o Brasil tem ainda área disponível de sobra para a produção de óleo vegetal. "Há um espaço espetacular para a produção de biodiesel. O Brasil cultiva 56 milhões de hectares e tem mais 90 milhões de terras disponíveis", afirma o ministro da Agricultura. Segundo Rodrigues, os 225 milhões de hectares de pastagem existentes no País, deverão, devido ao aumento da tecnologia, cair 15% nos próximos anos, sem redução da produção de bovinos.

"Só com substituição de pastagens, o País terá mais 30 milhões de hectares de terras disponíveis, que poderão ser usadas na produção de oleaginosas e, conseqüentemente, de biodiesel", afirma Rodrigues. O girassol, produzido em safrinhas, na rotação de outras culturas, rende 800 litros de óleo por hectare (volume semelhante ao da soja). Cada litro desse óleo é vendido a mais de R\$ 3,00, segundo, Adílson Manzano, diretor da Ecirtec Equipamentos e Acessórios Industriais Ltda., de Bauru (SP), que produz esmagadoras e filtradoras de sementes de vários tamanhos. Com o dendê, segundo Dabdoub, o rendimento por hectare é de 5,9 mil litros por hectare.

(Gazeta Mercantil/Página A6)(Edson Álvares da Costa)

Navistar e Ford entram em acordo sobre motores

Warrenville (EUA), 22 de Abril de 2003 - A Navistar International, quarta maior fabricante mundial de caminhões, anunciou que fechou um acordo com a Ford Motor sobre os planos não-concretizados de fornecimento dos motores diesel V-6 para os caminhões leves da montadora.

O acordo inclui indenização por despesas continuadas em uma fábrica de Huntsville, estado do Alabama (EUA), adquirida para fabricar o motor cancelado, informou a Navistar, em registro na Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC). O registro ocorreu porque a não realização dos planos relativos ao V-6 pode afetar sua situação financeira ou o valor de suas ações.

A fabricante de caminhões disse que os termos financeiros do acordo não serão divulgados. O porta-voz da Navistar, Roy Wiley, informou que a indenização não será "relevante" para os resultados da empresa.

Perdas ocasionadas

A Navistar deu baixa contábil em US\$ 167 milhões, antes dos impostos, no quarto trimestre de seu ano fiscal, encerrado no dia 31 de outubro, porque a Ford decidiu não utilizar o V-6 diesel nos caminhões leves. A Ford escolheu a Navistar em 1998 para fabricar esses motores para picapes, vans e utilitários esportivos. A Navistar no mês passado disse que esperava encerrar essa contenda no final de abril.

Fornecimento continua

A fabricante de caminhões, sediada em Warrenville, estado de Illinois (EUA), informou no registro da SEC que continuará a fornecer motores diesel para as picapes pesadas da Ford, até o final de 2012. A Ford Motor, com sede em Dearborn, estado de Michigan (EUA), recusou-se a comentar a respeito.

Sociedade no México

A Ford e Navistar são sócias na Blue Diamond, montadora instalada no México que desenvolve caminhões das classes 6 e 7 para produção na fábrica mexicana de Escobedo.

A sociedade foi firmada em 2001 pelos dois fabricantes norte-americanos.

(Gazeta Mercantil/Página C4)(Bloomberg News)

Pragmatismo entre o Brasil e os EUA

23 de Abril de 2003 - Parece estar havendo coincidência na linha pragmática desejada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e pela administração de George W. Bush no relacionamento entre o Brasil e os EUA. Mais pragmatismo da parte dos dois países pode ser o fator de equilíbrio fundamental num momento em que as ideologias tendem a exacerbar-se diante do unilateralismo da superpotência norte-americana.

O assessor especial do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, em entrevista a esta colunista, no final de dezembro, formulou o que seria desejável na relação com Washington: o Brasil se beneficia "do fato de que a América Latina não é uma prioridade dos EUA. Então, ela pode ter uma liberdade de experimentalismo um pouco maior. Em segundo lugar, a América Latina não tem dado boas notícias para os EUA nos últimos anos.

Então, por que não tentar, nessa margem de manobra do experimentalismo, uma coisa mais flexível, até certo ponto mais pragmática?" Quase quatro meses depois dessas declarações, os ventos são favoráveis ao Brasil e animam as autoridades brasileiras a uma certa dose de experimentalismo, sobretudo em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O País vem recebendo elogios de autoridades norte-americanas pelo desempenho de sua economia e, "no momento, é o único da região que está indo bem e produzindo boas notícias", disse ao jornal O Estado de S. Paulo Peter Hakim, presidente do Diálogo Interamericano. Para Hakim, a intensificação dos contatos entre os governos dos dois países confirma a opção conservadora de Bush por um relacionamento pragmático com a administração Lula. A pergunta, do lado de cá, é se o governo brasileiro jogará, de fato, com a "liberdade de experimentalismo" numa das principais vertentes - e a mais espinhosa - do diálogo bilateral: a construção da Alca.

Conforme informou este jornal, o Brasil deve manifestar-se a favor de um atraso de pelo menos dois anos na conclusão dos acordos da Alca - seja porque, em razão da nova ordem internacional e das dificuldades no campo da agricultura, é provável um atraso na Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), que balizará os termos da rodada hemisférica, seja porque a administração Lula quer avaliar melhor, com a sociedade civil, o que está em jogo nas negociações. O assunto do adiamento deverá ser abordado com o representante de Comércio dos EUA, Robert Zoellick, no final de maio, em Brasília.

O governo acredita que será bem-sucedido nessa empreitada e que não vai despertar reação antagônica da superpotência. É preciso esperar um pouco mais para ver o que os EUA farão em matéria de comércio nesta nova ordem internacional que se iniciou pós-invasão do Iraque. Mas os analistas já dão como certo que, conforme deseja Washington, geopolítica e comércio deverão caminhar juntos de ora em diante, o que levaria a um realinhamento das relações comerciais dos EUA, podendo favorecer acordos bilaterais em detrimento do multilateralismo.

Se isso acontecer, Washington estaria adotando um rumo diferente daquele do pós-11 de setembro de 2001, quando, em novembro, apenas dois meses depois dos atentados terroristas, os norte-americanos ajudaram no lançamento da Rodada de Doha. Eles achavam que, numa economia mundial que dava sinais de patinar, sem crescimento, tinha-se mesmo que impulsionar o comércio. Mas a economia mundial de hoje não é muito diferente da de 2001. A guerra contra o Iraque arrefeceu ainda mais o ânimo dos consumidores norte-americanos.

Na Europa, persiste a fraqueza da economia. Na Ásia, a epidemia Síndrome Respiratória Aguda Severa (Sars) ameaça o desempenho econômico da região. A China, um dos países mais afetados pela doença e o segundo maior exportador para os EUA, vinha sendo alardeado até agora como o grande concorrente do México na captação de investimentos estrangeiros. A China, segundo pesquisa do The Wall Street Journal, deve amargar perdas de US\$ 2,2 bilhões em sua produção econômica, neste ano, devido à Sars.

A relação entre geopolítica e comércio parece ter vindo para ficar. O México, que é membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU, foi contrário à intervenção norte-americana no Iraque e sente um esfriamento na relação com Washington. Com o Chile acontece o mesmo: o país, também no Conselho de Segurança, foi contrário à invasão sem o aval da ONU e agora vê o seu acordo de livre comércio com os EUA ter a data de assinatura adiada sine die.

O Brasil, que não é membro do Conselho de Segurança e, portanto, não tem uma posição de poder num órgão que foi chave na discussão sobre a guerra, também manifestou-se contra Washington na crise iraquiana. Mas o governo Bush encapsulou essa reação e não a deixou contaminar o relacionamento, numa atitude pragmática. Uma densa agenda de contatos entre autoridades dos dois países está em pleno curso. Hoje mesmo, está no Brasil o secretário do Tesouro dos EUA, John Snow.

Maria Helena Tachinardi - Editora de Assuntos Internacionais do Jornal Gazeta Mercantil

Comércio mundial aumenta menos de 3% neste ano

Genebra (Suíça), 24 de Abril de 2003 - Perspectivas internacionais são "nebulosas", diz a OMC. As vendas mundiais de mercadorias e serviços, que têm sido um motor na criação de emprego e riqueza na economia, podem crescer menos de 3% neste ano. É menos da metade da taxa de crescimento médio dos anos 90 (6,7%). A previsão é da Organização Mundial do Comércio (OMC), que divulgou, ontem, seu relatório "International Trade Statistics 2002".

As perspectivas do comércio mundial para este ano continuam "nebulosas", constata a OMC, que vê "o risco considerável" de a situação se deteriorar diante, do marasmo da economia mundial, do conflito no Iraque, da falta de confiança dos empresários e consumidores e do risco de propagação da pneumonia atípica (SARS, sigla em inglês, que vem se tornando internacional). Para o diretor-geral da OMC, Supachai Panitchpakdi, as cifras do comércio refletem as incertezas econômicas e políticas crescentes no mundo. "Essas incertezas são prejudiciais ao crescimento econômico e ao desenvolvimento e podem provocar uma instabilidade maior em nível mundial", diz.

As previsões sobre a evolução da produção e do comércio em nível global dependem ainda, em grande medida, do que pode acontecer como desdobramento do conflito no Iraque.

Para a entidade, a guerra no Iraque poderá ter repercussões sobre as relações internacionais que vão bem além do abastecimento de petróleo e da estabilidade política do Oriente Médio.

"Ela poderá colocar à prova o conjunto do sistema de instituições e de acordos comerciais que até agora serviu de base à governança mundial, o que marcaria o início de uma era mais incerta nas relações internacionais", diz o relatório distribuído com antecedência aos jornalistas e que tinha embargo para publicação até ontem ao meio-dia.

Página A-18 (Gazeta Mercantil/Página A1)(Assis Moreira)

Perspectivas sombrias para 2003

Genebra, 24 de Abril de 2003 - OMC prevê crescimento de apenas 3%, menos da metade da taxa de ampliação média dos anos 90. As perspectivas do comércio mundial para este ano continuam nebulosas, constata a Organização Mundial de Comércio (OMC) em relatório publicado ontem, em Genebra.

As vendas de mercadorias e serviços, que têm sido um motor na criação de emprego e riqueza na economia mundial, podem crescer menos de 3% este ano. É menos da metade da taxa de crescimento médio dos anos 90 (6,7%).

A entidade vê "o risco considerável" de a situação se deteriorar mais diante do marasmo persistente da economia mundial, do conflito no Iraque, da falta de confiança dos empresários e consumidores e do risco de propagação da pneumonia atípica (Sars, na sigla em inglês).

Para o diretor-geral, Supachai Panitchpakdi, as cifras do comércio refletem as incertezas econômicas e políticas crescentes no mundo. "Essas incertezas são prejudiciais ao crescimento econômico e ao desenvolvimento, e podem provocar uma instabilidade maior a nível mundial", diz.

As previsões sobre a evolução da produção e do comércio em nível global dependem ainda largamente do que pode vir do conflito no Iraque. A guerra foi curta, mas outra questão crucial é saber se a estabilidade política poderá ser restabelecida rapidamente no Iraque e se ela poderá ser mantida em toda a região, diz a OMC.

Para a entidade, a guerra dos EUA e da Grã-Bretanha no Iraque poderá, assim, ter repercussões sobre as relações internacionais que vão bem além do abastecimento em petróleo e da estabilidade regional. "Ela poderá colocar à prova o conjunto do sistema de instituições e de acordos comerciais que até agora serviu de base à governança mundial, o que marcaria o início de uma era mais incerta nas relações internacionais", diz o relatório distribuído com antecedência aos jornalistas e que tinha embargo até ontem ao meio-dia.

Políticas protecionistas

A entidade constata que a erosão da confiança nas instituições internacionais poderá encorajar a constituição de blocos entre países com interesses comuns "e a adoção de políticas introvertidas", ou seja, protecionistas.

A desaceleração do crescimento econômico já notado nos países industrializados no último trimestre de 2002, a falta de confiança persistente das empresas e dos consumidores no começo de 2003 e a alta do petróleo até recentemente, levaram a OMC a revisar suas estimativas para este ano.

Pneumonia atípica Mas outra grande incerteza é sobre a propagação da pneumonia atípica. A OMC adverte que a propagação da doença na China pode ter conseqüências dramáticas para o comércio global. A China tornou-se um grande motor do comércio mundial, como a quinta maior nação negociante. E dependendo do impacto da doença em sua economia, poderá haver repercussão forte sobre o resto do mundo. Só no primeiro bimestre, as exportações chinesas cresceram 50%. Agora, a tendência é evidentemente de cair, diante da desconfiança de consumidores. Mas a pneumonia atípica é um desafio para a OMC mesmo em relação à conferência ministerial de setembro, em Cancún (México). A questão é se a doença se propagar, como será possível organizar essa reunião.

Fracasso em Cancún

No momento, porém, em Genebra, a especulação é sobre um fracasso das negociações em Cancún, o que pode ter impacto ainda mais negativo na confiança dos empresários para investir, como tratou de insistir, ontem, o economista-chefe da OMC, Patrick Low.

É nesse quadro que as perspectivas comerciais da América Latina também são vistas com prudência na OMC. Para o economista-senior da organização, Michael Finger, a questão é até quando as exportações brasileiras vão se expandir. "Essa expansão pode ser limitada pelo crescimento nos EUA e na Europa, principalmente", diz.

(Gazeta Mercantil/Página A18)(Assis Moreira)

América do Norte lidera o crescimento das importações

Campinas, 24 de Abril de 2003 - Atribui-se ao finado diplomata, economista e político Roberto Campos o dito de que "as estatísticas são como um biquini: mostram muita coisa, mas escondem o essencial".

Embora reconhecendo que os números revelam apenas parte da realidade, e nunca as suas causas, não se pode negar a utilidade dos dados qualitativos como primeira aproximação a ela, e como antídoto para afirmações grandiloquentes, ufanistas e voluntariosas, geralmente destituídas da necessária base empírica.

Entre outras utilidades, as estatísticas econômicas podem servir de ponto de partida e de apoio para a formulação ou reformulação das políticas governamentais e empresariais.

Nesta perspectiva, deve ser acolhido com satisfação o relatório International Trade Statistics 2002, que acaba de ser publicado em Genebra pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

A classificação do Brasil

O Brasil aparece em 26º lugar entre os exportadores e em 23º lugar entre os maiores importadores do mundo, em ambos casos com uma participação de 0,9% no total mundial, com o valor de suas exportações tendo crescido 6% em 2001, enquanto que o das importações se manteve inalterado em relação ao ano anterior.

Parece inegável que se trata de dados algo modestos para um país que costuma ser incluído entre as dez ou quinze maiores economias do mundo, e de uma situação que o atual governo deverá esforçar-se para melhorar.

Holanda e Bélgica

Entre os países que exportam mais do que o triplo do Brasil incluem-se alguns de dimensões bem menores, como a Holanda e a Bélgica, enquanto que economias como as do México, da Coreia, de Taiwan e da Espanha conseguem exportar mais do que o dobro do valor de nossas vendas externas.

A mesma tabela também é útil para identificar os países que mais importaram mercadorias naquele ano, destacando-se entre estes - fora da América do Norte, da Europa Ocidental e do Japão, atuais centros da economia mundial - os casos da China e da Coreia.

O relatório contém informações mais detalhadas a respeito.

A partir dos dados apresentados, construímos o quadro anexo, que de certa forma sintetiza as mudanças recentes no mapamundi do comércio internacional do Brasil (cujas importações não foram aqui incluídas).

Regiões importadoras

Pode-se ver, por meio destes números, que não houve, nos últimos dez anos, grandes alterações quanto às principais regiões importadoras de mercadorias, as quais continuam sendo a América do Norte (inclusive o México), a Europa Ocidental (abstraindo o comércio intrabloco da União Européia) e a região Ásia-Pacífico.

América do Norte

Mas, enquanto estas duas últimas perderam participação, pelo fato de suas importações crescerem a taxas menores que a média do comércio mundial, a América do Norte teve substancialmente ampliada a sua, mostrando como o mundo em que vivemos é globalizado pela economia dos EUA.

América Latina Outros blocos regionais que apresentaram crescimento acima da média foram a América Latina e o Caribe (exclusive o Brasil e o México) e a Europa Central e Oriental (incluindo as regiões antes pertencentes à extinta União Soviética). Parte deste último bloco, porém, está se juntando atualmente à União Européia, cujo comércio intrabloco deverá crescer ainda mais, em detrimento das importações do resto da Europa.

Por sua vez, tanto a África como o Oriente Médio foram e continuarão sendo regiões em crise e de baixo crescimento nas importações de suas economias.

Brasil: déficit em serviços

No mercado mundial de serviços comerciais (transportes, gastos de viajantes e outros, inclusive financeiros), a participação do Brasil é bem menor nas exportações (0,6% do total mundial) do que nas importações (1,1%). Trata-se de um fato gerador de déficit no seu balanço de pagamentos, que agrega o valor destes serviços comerciais ao dos bens nas exportações e importações.

Em âmbito mundial, a participação dos serviços comerciais no valor agregado de bens e serviços é de 19,4% nas exportações e de 19,3% nas importações.

Mas, no Brasil, ela é muito menor nas exportações (apenas 13,%) e significativamente maior do que a média mundial nas importações (22,1%). Exatamente ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os EUA,

cujo valor total das exportações inclui 26,7% de serviços comerciais, enquanto que no das importações essa proporção chega somente a 14,1%.

Outra tabela agregada de interesse para o Brasil é a última do capítulo I, que permite comparar os graus de integração dos diversos blocos econômicos regionais. Mercosul

O valor das exportações de mercadorias intrabloco dos quatro países do Mercosul alcançaram apenas 17,3% do total, ante 55,5% dos três países do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) - Canadá, EUA e México - e 61,9% dos quinze países da União Européia. Apesar de baixa, essa taxa de participação das exportações intrabloco do Mercosul foi significativamente melhor do que a alcançada em 1990, quando foi de apenas 9,8% do total; mas, ao mesmo tempo, inferior à de 1995, quando alcançou 20,5%. Um progresso mais contínuo, embora ainda lento, pode ser observado nas importações intrabloco, que passaram de 14,5% do total em 1990, para 18,1% em 1995 e 18,9% em 2001.

Vendas da Argentina

Conforme o relatório, as vendas da Argentina para o resto do Mercosul têm sido sistematicamente maiores que as do Brasil, evoluindo de 3,9% do total para 8,5% entre 1990 e 2001, ante 2,8 a 7,2% no caso brasileiro.

Nas importações, as taxas argentinas cresceram de 2,8% a 7,1% no mesmo período, enquanto que a participação brasileira praticamente não se modificou, passando de 8,3 para 8,8%. É verdade que, neste caso, os valores absolutos do Brasil foram substancialmente maiores, evoluindo de US\$ 2,4 bilhões em 1990 para US\$ 7,4 bilhões em 2001, enquanto que os da Argentina cresceram de US\$ 800 milhões para US\$ 5,9 bilhões no mesmo período.

De qualquer forma, tais valores foram insuficientes para dinamizar o comércio intrabloco e para aumentar o grau de integração econômica do Mercosul.

Tendo em vista que os valores e as participações do comércio exterior dos outros dois parceiros do bloco regional, o Uruguai e o Paraguai, têm sido ainda menos expressivos, cabe indagar o que poderia ser feito para consolidar esse mercado comum. A incorporação de outros países da América do Sul certamente poderá ajudar um pouco o bloco a curto prazo. Mas, a providência mais urgente, dependendo do resultado das próximas eleições argentinas, parece residir na formulação de políticas econômicas regionais conjuntas, tanto no âmbito produtivo como no campo monetário.

Trata-se, na verdade, de medidas fáceis de enunciar, mas difíceis de começar e continuar, pois dependem da vontade política dos dirigentes dos países envolvidos.

Pode ser, no entanto, que, com o passar do tempo, nossas elites e estadistas acabem convencendo-se da inexistência de outras alternativas de desenvolvimento autônomo e autosustentado de nossos países.

Um dos capítulos mais importantes deste relatório da OMC é o quarto, que trata do comércio mundial por setores econômicos.

Observa-se que o setor de maior participação no total e de mais rápido crescimento tem sido a indústria de transformação, cujo peso no comércio mundial de mercadorias passou de 70,4 para 74,8% do total entre 1990 e 2001, apresentando um crescimento anual de 6% durante este período. Já os produtos agrícolas e minerais tiveram nesse mesmo período não só taxas substancialmente menores de crescimento (3 e 4% ao ano respectivamente), como também significativas reduções de suas taxas de participação nos valores totais das exportações mundiais. Os produtos agrícolas diminuíram de 12,2 a 9,1% do total, e os minerais de 14,4 a 13,2%.

Ora, como é bem sabido, as economias latino-americanas, com as possíveis exceções parciais do Brasil e do México, foram levados, nas últimas décadas do século XX, a voltar a especializar-se nessas atividades menos dinâmicas do comércio mundial, e a deixar de lado seus esforços para industrializar-se. Diante desses números, não seria o caso de repensar as políticas industriais desses países, inclusive para fins de fomento de suas exportações?

Em boa parte, o comportamento menos dinâmico e a queda da participação relativa dos produtos agrícolas e minerais deveu-se à evolução de seus preços de exportação.

O relatório mostra a ocorrência, entre 1990 e 2001, de uma redução de 16% nos preços dos produtos alimentares, bebidas e fumo; de uma relativa estabilidade nos preços das matérias-primas de origem agropecuária, cuja redução foi de apenas 2% no mesmo período; de uma redução de 23% nos produtos de origem mineral, com exclusão do petróleo; e de uma elevação de 6% nos preços deste.

Brasil: exportações agrícolas

O Brasil é um dos países líderes nas exportações mundiais de produtos agrícolas, com uma participação de 3,4% no total, apenas superada pelas taxas de participação dos EUA, da União Européia e do Canadá. Mas, é importante registrar que esta sua posição é seguida de perto tanto pela China como pela Austrália (ambas com taxas de participação de 3%), e que a do Brasil em 2001 apenas reproduz a de 1980, quando nosso país já ocupava esse mesmo quarto lugar.

Entre 1990 e 2001, o valor das exportações desses produtos cresceu 88,5%; manteve-se, porém, praticamente inalterada a participação dos mesmos no total das exportações brasileiras, a qual passou de 31,1

a 31,7% durante o período. Isto significa que, felizmente, as exportações brasileiras continuaram sendo tão diversificadas como antes.

No caso dos combustíveis, graças à atuação da Petrobras, chegou a haver uma evolução favorável. O Brasil continua sendo um grande importador, e o valor de suas importações desses produtos cresceu 39,2% entre 1990 e 2001.

Mas a participação dos mesmos no valor total das importações do País diminuiu para 14,4% durante o período.

A mesma satisfação não se aplica aos produtos industrializados, em cujo âmbito o Brasil aparece como grande importador, mas não entre os quinze maiores exportadores. O valor de suas exportações desses produtos cresceu 92,8% entre 1990 e 2001, com sua participação no valor total passando de 51,4 a 53,4%.

Ocorre, porém, que o valor das importações desses produtos aumentou 249,4% no mesmo período, com sua participação no total das importações brasileiras passando de 56 para 75,7%.

Produtos siderúrgicos

Trata-se de uma evolução que aponta para o vulto da desindustrialização que houve no Brasil entre os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso. Pode-se alegar que, no tocante às exportações de produtos siderúrgicos, a evolução das últimas duas décadas foi favorável ao Brasil, com sua participação no valor mundial das exportações desses produtos tendo aumentado de 1,1% em 1980 para 2,4% em 2001. Mas ela já havia chegado a 3,4% em 1990.

Em âmbito mundial, os produtos industrializados que tiveram maiores taxas de crescimento em suas exportações foram as máquinas de escritório e os equipamentos de telecomunicações, com 10% ao ano entre 1990 e 2001. Seguem-se os produtos químicos e as máquinas e equipamentos de transporte, ambos crescendo a taxas anuais de 7% ao ano no mesmo período.

Produtos químicos

No que se refere aos produtos químicos, o Brasil tem figurado entre os quinze maiores importadores do mundo. O valor das importações desses produtos teve um crescimento anual de 11% entre 1990 e 2001, atingindo nesse último ano a soma nada desprezível de US\$ 10,7 bilhões. Trata-se em tese de um bom segmento para iniciar ou aprofundar programas de industrialização substitutiva.

O mesmo se aplica ao campo das máquinas de escritório e equipamentos de telecomunicações, cujos valores de importação cresceram 15% ao ano no mesmo período, alcançando o valor de quase US\$ 7,2 bilhões em 2001. Mas há uma vantagem neste caso: o Brasil também já exporta esses produtos, embora num valor bem menor, que alcançou US\$ 2,4 bilhões.

Indústria automobilística

Neste caso, portanto, trata-se apenas de equilibrar as importações com as exportações, ambas geralmente realizadas pelas mesmas empresas multinacionais.

E isto não é um objetivo inexequível, já tendo sido conseguido no caso da indústria automobilística, cujo valor das importações alcançou US\$ 4,3 bilhões em 2001, e o das exportações, US\$ 4,8 bilhões no mesmo ano.

(Professor da Unicamp)

O Brasil ocupava, em 2001, a mesma posição nas vendas agrícolas que em 1980

(Gazeta Mercantil/Página A18)(Tamás Szmrecsányi)

O aceno de abertura dos Estados Unidos

O Brasil tem sido uma fonte de boas notícias para instituições multilaterais de crédito e para investidores dos países industrializados

24 de Abril de 2003 - A rápida visita ao Brasil do secretário norte-americano do Tesouro, John W. Snow, traduz uma sutil iniciativa diplomática. Passado o período crítico da guerra no Iraque, o governo do presidente George W. Bush parece adotar uma política comercial mais pragmática em relação aos países e mercados emergentes, de maior importância geopolítica e com melhores chances de desenvolvimento auto-sustentado.

O Brasil se insere nesse quadro. Enquanto as economias asiática e europeia vacilam - e a própria economia norte-americana não dá sinais de reativação -, o Brasil, em que pese os seus problemas, tem sido ultimamente uma fonte de boas notícias, tanto para as instituições multilaterais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), quanto para os governos e investidores dos países industrializados. O real se valoriza, o risco-país cai, as exportações aumentam e a balança comercial continua a apresentar crescentes saldos positivos.

É um cenário alentador que não passa despercebido às autoridades norte-americanas. Afinal, depois das incertezas e turbulências da campanha eleitoral, a Casa Branca se tranqüilizou quando o governo Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou firmeza em manter a política econômica nos estritos limites da ortodoxia do Plano Real. Por isso, representantes do governo americano têm elogiado o governo brasileiro.

Se há pragmatismo do lado norte-americano, também há da parte do Brasil. Interessa, e muito, aos dois países a busca do entendimento para ampliação das suas relações econômicas e comerciais. Tanto que a agenda de discussões e negociações entre ambos tem estado bastante movimentada.

Há duas semanas, o ministro da Fazenda, Antonio Palloci, esteve em Washington, onde foi recebido pelo secretário do Tesouro; o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Roberto Rodrigues, lá se encontra para conversações com a secretária da Agricultura, Ann Veneman, sobre a abertura do mercado americano para a carne bovina "in natura"; e, para o final de maio, o governo aguarda a visita, considerada crucial pelos negociadores brasileiros, de Robert Zoellick, representante comercial da Casa Branca (USTR).

Nos contatos que manteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Antonio Palloci, o secretário John Snow transmitiu-lhes a mensagem de que o governo dos Estados Unidos tem interesse em firmar acordos para a abertura do comércio em todas as áreas. "Estamos dispostos a colocar todas as cartas na mesa", reafirmou, em Brasília, durante sua conversa com os jornalistas.

John Snow também acenou com a possibilidade de os Estados Unidos reduzirem os subsídios à agricultura e as barreiras protecionistas impostas aos produtos agrícolas brasileiros durante o processo de implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Contudo, o secretário do Tesouro condicionou a assinatura de qualquer acordo nesse sentido à sua discussão no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O aceno de John Snow deve ser visto como um indício de disposição à abertura do mercado norte-americano, mas ainda é cedo para se avaliar sua real possibilidade de implementação. Primeiro, porque as negociações para liberalização do comércio mundial não avançam na OMC. Na opinião de analistas e diplomatas brasileiros, a conferência da OMC marcada para setembro próximo, em Cancún (México), está fadada ao fracasso, devido ao arraigado protecionismo da União Européia, do Japão e também dos Estados Unidos.

Depois, o governo brasileiro já manifestou sua posição pelo adiamento da criação da Alca, até que se concluam as negociações no âmbito da OMC, principalmente no que se refere à liberalização do comércio de produtos agrícolas. Ademais, o governo brasileiro mantém a orientação de só fechar acordos multilaterais, em bloco, junto com os seus parceiros do Mercosul.

Entretanto, essa estratégia poderá mudar, dependendo do resultado da eleição presidencial na Argentina. Pelo menos dois candidatos já manifestaram a intenção de acertar acordos bilaterais com os Estados Unidos e outros países industrializados, em detrimento do bloco comercial.

O secretário do Tesouro também foi diplomático ao abordar a posição do Brasil, contrária à invasão do Iraque. "Nós respeitamos, ficamos desapontados, mas respeitamos", disse. E deixou no ar a possibilidade de empresas brasileiras participarem da reconstrução do Iraque, ao afirmar que isso dependerá das conclusões de um relatório do FMI e do Banco Mundial sobre as áreas de maior carência de investimentos.

O Brasil tem sido uma fonte de boas notícias para instituições multilaterais de crédito e para investidores dos países industrializados

(Gazeta Mercantil/Página A3)(Para imprimir, enviar ou comentar, acesse: www.gazetamercantil.com.br/editorial)

Chanceler discorda dos EUA sobre a Alca

Brasília, 24 de Abril de 2003 - O chanceler Celso Amorim deu a entender ontem que o Brasil poderá tentar convencer os outros 33 países que participam da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) a rever os prazos das negociações, que deveriam terminar em janeiro de 2005. Os prazos são "apertados diante das ambições da negociações", disse.

O chanceler, diplomaticamente, discordou das declarações feitas anteontem pelo secretário do Tesouro dos EUA, John Snow, de que "tudo está sobre a mesa de negociação" da Alca. Para Amorim, a frase vai na direção certa mas não é suficiente, pois até agora os EUA não apresentaram propostas concretas. Para Amorim, um ponto vital será avaliar as novas ofertas dos EUA, a serem apresentadas em julho. Ele admitiu a possibilidade de ser negociado um acordo de livre comércio Mercosul/EUA, mas como etapa na formação da Alca.

A partir de 15 de julho próximo começam as negociações concretas, com análise das ofertas de cada um dos 34 países do hemisfério (exceto Cuba). Uma possível mudança no cronograma da Alca deve ser tratada entre Amorim e o encarregado de Comércio da Casa Branca, Robert Zoellick, no final de maio. Brasil e Estados Unidos estão co-presidindo as negociações da Alca até o final do processo negociador.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu uma "meia-trava" nas negociações, disse Amorim, com o objetivo de ampliar os debates a sociedade brasileira. Há um "déficit" de debate sobre a Alca no Brasil e o objetivo do governo é dar o máximo de transparência ao tema, explicou o ministro.

Amorim, que ontem falou sobre a Alca em audiência pública na Câmara dos Deputados, disse que até agora nada do que o Brasil negociou "comprometeu os interesses estratégicos."

O Brasil só encaminhou proposta de liberalização na área agrícola e de bens industriais, junto com os parceiros do Mercosul. Faltam as relacionadas a investimentos, compras governamentais e serviços. Estas três

áreas demandam cuidado especial, pois não têm sequer regulamentação específica no âmbito do Mercosul, explicou Amorim.

Segundo ele, é preciso atentar para o fato de que a Alca não é apenas uma negociação tarifária, abrangendo outras áreas de interesse vital para países como o Brasil, a exemplo das regras para investimento e compras governamentais, que podem interferir na capacidade reguladora do Estado, dependendo do que for acertado.

Amorim também falou sobre Colômbia e Iraque. A qualificação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) como grupo terrorista nunca foi pedida pelo governo colombiano, disse. O governo Lula, segundo ele, estuda formas de cooperar com o governo colombiano, de troca de informações sobre lavagem de dinheiro à cooperação fronteiriça. O chanceler descartou a possibilidade de envio de ajuda humanitária ao Iraque. Para Amorim, a ajuda é de responsabilidade dos países que ocuparam o Iraque.

(Gazeta Mercantil/Página A5)(Paulo Paiva)

Snow critica a idéia de superávit anticíclico

São Paulo, 24 de Abril de 2003 - Secretário norte-americano diz que EUA "saberão recompensar o Brasil" se houver continuidade da disciplina fiscal. Enquanto o governo brasileiro não for capaz de diminuir o nível atual da dívida líquida do setor público em relação ao PIB - hoje em torno de 55% - não é prudente pensar em superávit anticíclico no País, disse ontem o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow. "Mais importante é obter superávit primário de forma sustentada, por um longo período. Ou seja, mostrar compromisso com o superávit de forma que os mercados, que estão sempre avaliando, fiquem convencidos", disse Snow, depois de conhecer uma linha de produção da fábrica da Avon, em São Paulo.

A idéia de uma política fiscal anticíclica foi lançada há alguns dias pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, e supõe a obtenção de um superávit primário maior em ano de maior crescimento como uma forma de poupança a ser gasta durante os ciclos ruins.

Na avaliação de Snow, "os mercados saberão recompensar o Brasil" se houver continuidade na disciplina fiscal e na implementação das reformas tributária e da Previdência. "Dessa forma, os níveis de endividamento e o déficit serão reduzidos e o País terá mais flexibilidade financeira. Depois disso, pode-se pensar em superávit anticíclico", afirmou.

Encontro com Lula

Depois de uma reunião de quase duas horas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos deixou o Palácio do Planalto, ontem à noite, declarando-se "encorajado" com a visão otimista de Lula quanto à aprovação das reformas, informou a Agência Brasil. Snow disse que não só as reformas previdenciária e tributária são importantes, mas também mudanças em outras áreas, como a legislação trabalhista e sobre o sistema financeiro. Na avaliação dele, a independência operacional do Banco Central será "um verdadeiro avanço". "Recomendei (a Lula e ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci) que sigam nessa trilha."

"Cartas sobre a mesa"

Ainda pela manhã, na Avon, o secretário do Tesouro norte-americano também defendeu que a inclusão de Cláusula de Ação Coletiva (CAC) na emissão de títulos soberanos - mecanismo que permite à maioria dos credores renegociar caso um país tenha dificuldades no pagamento - deve ser regulada pelos mercados e não adotada de forma compulsória. "O mercado vai levar ao uso disseminado das CACs."

O tema das CACs já esteve nas conversas entre John Snow e o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em duas ocasiões - em Washington e anteontem, em Brasília. "Interpretei o que ele (Palocci) disse como um suporte à abordagem da CAC em oposição à idéia do processo soberano de falências", apontou.

Snow foi questionado na sua afirmação de que "tudo estará sobre a mesa de negociações" no processo de formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), especialmente no que diz respeito a subsídios ao suco de laranja em estados como os da Flórida e Califórnia, redutos eleitorais de George Bush.

O secretário disse que os EUA "estão ansiosos em lidar com essas questões (subsídios e barreiras não-tarifárias) no âmbito da Alca. E as questões agrícolas também serão contempladas". Segundo Snow, as negociações em torno de subsídios podem inclusive ocorrer antes das eleições presidenciais de 2004.

Página virada

Depois da visita à fábrica da Avon, Snow participou de almoço com empresários na Câmara Americana de Comércio (Amcham SP) e afirmou, durante discurso, que a discussão sobre a oposição do Brasil à guerra no Iraque "já é uma página virada". "Não há nenhum grande entrave nas relações com o Brasil, já superamos essa fase", disse Snow.

Apesar dos elogios a Lula e equipe econômica, em discurso distribuído à imprensa, Snow disse "estamos decepcionados com a falta de apoio que recebemos em um assunto tão importante para meu país. Mas em uma relação madura é importante e saudável reconhecer as diferenças para virar a página e para ter

certeza de que continuaremos nos esforçando para a compreensão e progresso em áreas em que concordamos."

(Gazeta Mercantil/Página A5)(Eva Rodrigues e Fabiana Holtz/InvestNews)

Lula lançará PPA na próxima semana

Brasília, 24 de Abril de 2003 - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançará oficialmente na próxima semana os trabalhos do Plano Plurianual (PPA), divulgando um documento com as primeiras diretrizes do governo para um novo plano de desenvolvimento sustentável. O governo federal tem prazo até 31 de agosto para apresentar o PPA.

O PPA, que está em gestação e mobiliza todos os ministérios, trará propostas de política industrial, desenvolvimento regional e segurança pública; um programa de fomento à ciência e tecnologia; além de orientações para a inserção do Brasil no Mercosul e na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A informação foi dada ontem pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, e pelo ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, aos secretários de planejamento dos estados e do Distrito Federal durante o Fórum Nacional de Secretários de Planejamento.

Ao iniciar a elaboração do PPA, o novo governo deparou-se com 365 projetos que passam, a partir de agora a ser avaliados também pelos governos estaduais sob o critério do interesse das regiões, das diretrizes do plano de desenvolvimento e da disponibilidade financeira do governo federal.

Nos próximos quinze dias o Ministério do Planejamento espera levar a discussão do PPA aos governos estaduais. Nessa fase, será feita a seleção de projetos e a definição de mecanismos de compartilhamento financeiro com os governadores e prefeitos. Os projetos no PPA serão divididos nas áreas social, econômica, regional, democrática e ambiental.

(Gazeta Mercantil/Página A5)(Luciana Otoni)

Argentina volta a ser 2º parceiro do Brasil

Rio, 24 de Abril de 2003 - A Argentina, mantendo a tendência de recuperação econômica, voltou a ocupar o posto de segundo maior mercado para exportações brasileiras, atrás apenas dos Estados Unidos.

No primeiro trimestre, as exportações aos argentinos cresceram 85%, para US\$ 784 milhões, em relação a igual período de 2002, quando a Argentina enfrentava séria crise. O Brasil vendeu, em especial, minério de ferro e automóveis.

Página A-4(Gazeta Mercantil/Página A1)(Lívia Ferrari)

Argentina cresce e importa mais do Brasil no 1º trimestre

Rio, 24 de Abril de 2003 - Argentina recupera posição de segundo maior parceiro comercial. Às vésperas do primeiro turno das eleições presidenciais na Argentina, o país vizinho mantém tendência de recuperação econômica, que já se reflete no comércio bilateral com o Brasil. No primeiro trimestre deste ano, as exportações do País ao mercado argentino tiveram expansão relevante de 85%, com total de US\$ 784 milhões em mercadorias. Em igual período de 2002, os embarques de produtos brasileiros aos argentinos não passaram de US\$ 425 milhões.

Com isso, as exportações brasileiras ao principal parceiro do Mercosul vão se recuperando da brutal queda de 53% no ano passado, que fez a corrente de comércio Brasil-Argentina recuar aos tímidos níveis do início da década de 1990. "Mais importante, porém, é que a Argentina voltou a ser este ano o segundo principal parceiro comercial do Brasil, atrás somente dos Estados Unidos, recuperando, assim, a posição perdida em 2002, quando o país vizinho havia caído para 6º lugar entre os principais destinos das exportações brasileiras", observa o economista do Instituto de Ciências Econômicas e Gestão (Iceg) da Universidade Santa Úrsula, Hugo de Barros Faria.

Déficit em queda

Assim, a participação da Argentina no total das exportações brasileiras passou de 3,8% em 2002 para 5,2% nos primeiros três meses de 2003. Com isso, o mercado argentino já é responsável por 11% do crescimento total das exportações brasileiras no período, que somaram US\$ 15,045 bilhões, com alta de 26,5% - mais US\$ 3,150 bilhões - sobre os mesmos meses do ano passado.

Com aumento de exportações, e importações estáveis, o déficit comercial do Brasil com a Argentina caiu para US\$ 450 milhões em janeiro/março últimos, abaixo do resultado negativo de US\$ 780 milhões observado em mesmos meses do ano passado. O fato é que a recuperação das vendas à Argentina ajudou a melhorar o desempenho do bloco econômico do Mercosul, para onde o Brasil exportou US\$ 985 milhões em mercadorias nos primeiros três meses deste ano, com aumento de 45% na comparação com os US\$ 680 milhões embarcados em janeiro/março de 2002.

Os resultados deste ano são, sem dúvida, animadores, avalia o economista do Iceg, ao ponderar, contudo, que a base de comparação de 2002 é pequena, reflexo do auge da recessão econômica na

Argentina. Ele observa, ainda, a influência do efeito câmbio sobre a recuperação das vendas brasileiras à Argentina.

"Resta saber se esta é uma tendência de crescimento sustentável de vendas", acrescenta o economista da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), Fernando Ribeiro, de olho nos indicadores econômicos da Argentina e nas eleições presidenciais no próximo domingo, que terá repercussões diretas sobre o comportamento do Mercosul nos próximos anos. O governo brasileiro não admite, mas há uma certa preocupação no meio empresarial brasileiro de que, dependendo do eleito no país vizinho, as relações Brasil-Argentina interrompam a atual fase de relativa harmonia, construída no governo de Eduardo Duhalde.

Concentração

O fato é que o atual crescimento das exportações brasileiras aos argentinos é muito concentrado em poucos produtos, como minério de ferro - item número um da pauta de exportações do País este ano - e automóveis de passageiros, este último como resultado de complementação de linhas de produção das montadoras no Brasil e na Argentina.

Ribeiro, da Funcex, lembra que a recuperação econômica argentina vem sendo bancada por exportações. Não pela recomposição da renda do argentino e do mercado interno local, que, no entender do economista da Funcex, embora seja um processo lento, é fundamental para garantir crescimento sustentável ao país vizinho.

(Gazeta Mercantil/Página A4)(Livia Ferrari)

Um reforço ao Mercosul

A recuperação do comércio Brasil-Argentina estimula futuras negociações conjuntas do bloco

25 de Abril de 2003 - A volta da Argentina à posição de segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos no balanço do primeiro trimestre, é um fato auspicioso para os dois países. De janeiro a março, as exportações do Brasil para o país vizinho - e principal parceiro no Mercosul - somaram US\$ 785 milhões em mercadorias. De sua parte, o Brasil comprou US\$ 1,235 bilhão e acumulou saldo negativo de US\$ 450 milhões na balança comercial bilateral. Em idêntico período do ano passado, o déficit fora de US\$ 780 milhões.

As compras argentinas no mercado brasileiro cresceram 85% em relação ao primeiro trimestre de 2002, quando se situaram em US\$ 425 milhões. Naquela época, a Argentina encontrava-se no auge da crise econômica, responsável pela queda brutal das exportações brasileiras para aquele mercado em todo o ano passado.

De fato, depois de bater em US\$ 5 bilhões em 2001, o valor das importações argentinas caiu para US\$ 2,342 bilhões, ou seja, registrou-se uma queda de 53,2% em 2002. Por sua vez, as vendas argentinas para o mercado brasileiro também caíram de um ano para o outro, mas em proporção menor - de US\$ 6,206 bilhões em 2001 para US\$ 4,747 bilhões em 2002, ou seja, houve um recuo de 23,5%, enquanto o déficit do Brasil dobrou, passando de US\$ 1,204 bilhão para US\$ 2,405 bilhões. Como este jornal observou ontem, o fraco intercâmbio de mercadorias no ano passado fez a corrente de comércio Brasil-Argentina voltar aos níveis do início da década de 90 e o país vizinho cair para a 6 posição entre os nossos maiores parceiros comerciais.

O aumento das exportações brasileiras para a Argentina no primeiro trimestre indica que a economia argentina vem ganhando fôlego, depois de chegar ao fundo do poço no ano passado, impulsionado pelas exportações. Mas ainda é cedo para avaliar se essa já é uma tendência de crescimento, mesmo que lento, porque ainda falta muito para uma recuperação da renda dos argentinos, condição essencial para a expansão da demanda por bens de consumo. Afinal, a crise econômica empobreceu acentuadamente a população argentina, afetada principalmente pelo índice de desemprego sem precedentes na história do país.

Convém notar que na pauta de exportações do Brasil para a Argentina, no primeiro trimestre, o minério de ferro é o item principal. Em seguida vem automóveis de passeio, mas as exportações de veículos resultam de complementação de linhas de produção das montadoras instaladas na Argentina e aqui.

De qualquer forma, o futuro da relação comercial bilateral - e do próprio Mercosul - vai depender da política a ser adotada pelo novo ocupante da Casa Rosada. Por isso, o governo e o empresariado brasileiros voltam suas atenções para a eleição presidencial argentina, que tem o primeiro turno marcado para este domingo.

Há razões para preocupação, pois os três candidatos apontados como favoritos nas pesquisas de intenção de voto falam em estabelecer "linha direta" com os EUA e União Européia. Ricardo López Murphy, que em março do ano passado ocupou por 15 dias o Ministério da Economia, defende o fim das tarifas comuns no Mercosul, como forma de acelerar negociações diretas da Argentina no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O ex-presidente Carlos Menem reafirma sua disposição de buscar alianças estratégicas diretas com os Estados Unidos, UE e Ásia. Já o candidato Néstor Kirchner diz que pretende desenvolver "relações claras e diretas" com as grandes potências, embora saliente que seria importante se fosse possível articular negociações em conjunto com o Mercosul.

Naturalmente, essas posições podem evoluir quando for eleito o presidente, provavelmente em segundo turno. Com a intensificação do comércio com o Brasil, o Mercosul ganhará importância na agenda do futuro presidente da Argentina.

É evidente, também, que a diplomacia brasileira tem um grande papel a desempenhar. O governo Luiz Inácio Lula da Silva elegeu o fortalecimento do Mercosul como prioridade de política externa. Para o Brasil, um bloco econômico forte e coeso aumenta o cacife no jogo das negociações em curso para liberalização do comércio mundial.

O chanceler Celso Amorim, que discorreu sobre a Alca na Câmara dos Deputados, deu ênfase à possibilidade de se negociar um acordo de livre comércio do Mercosul e EUA como etapa na formação da área de livre comércio abrangendo os 34 países do hemisfério. Para isso, **o governo brasileiro quer estender o prazo das negociações no âmbito da Alca. Estamos certos de que essa posição atende também aos interesses da Argentina.**

(Gazeta Mercantil/Página A3)(Para imprimir, enviar ou comentar, acesse: www.gazetamercantil.com.br/editorial)

Argentina sofre com má relação preços/salários

O País produz e vende hoje o mesmo que em 1959, quando sua indústria mal se iniciava

Buenos Aires, 24 de Abril de 2003 - Diferentemente do que está ocorrendo com o restante da indústria argentina - que em março completou 12 meses de crescimento persistente - as montadoras de veículos do País não conseguem recuperar-se e devem fechar este ano com níveis de produção inferiores aos do ano passado, o pior em três décadas. Neste momento, a indústria automotiva argentina produz em média 11 mil unidades mensais, níveis só compatíveis com os de 1971, segundo análise setorial distribuída ontem pelo Centro de Estudos Bonaienses (CEB), que responsabiliza, entre outras coisas, os pesados reajustes nos preços dos carros, em níveis bem acima da inflação e do próprio aumento de custos das montadoras.

Embora tenham transferido parte de suas linhas de montagem para o Brasil, as fábricas de veículos argentinas mantêm hoje uma capacidade instalada de 800 mil unidades anuais. Como para este ano a projeção é a de alcançar não mais de 150 mil unidades, não se está utilizando nem 20% do potencial.

"Apesar da demanda interna deprimida, o setor ajustou rapidamente os preços. Enquanto a inflação desde o fim da livre-conversibilidade foi de 41,5%, os preços dos automóveis subiram 92%", define o relatório do CEB. O estudo atesta, no entanto, que os custos para as indústrias do setor teriam subido no mesmo período em torno de 94%, (47% sobre cada 100% de valorização do dólar, hoje 200% sobre as cotações de dezembro de 2001) o que de certa forma justifica os reajustes, embora o restante das indústrias locais tenham feito em média correções abaixo do aumento de custos.

A análise mostra também uma mudança profunda nos últimos dez anos na relação entre a renda média do argentino e o valor dos veículos. Da mesma forma que os carros praticamente dobraram de preços em pesos, os salários perderam 34%. Um exemplo prático dessa desproporção entre salário e valor de carro: enquanto em 1994 eram necessários 8 meses de salários médios para o argentino comprar um Volkswagen Gol, hoje são necessários 20,4 salários médios.

A produção do ano passado foi, de qualquer forma, incrementada pelo aumento de exportações a países como México e Estados Unidos, além das vendas ao Brasil, que continua sendo o maior comprador de carros argentinos. No mercado interno, foram comercializados entre nacionais e importados apenas 89 mil veículos novos, 54% a menos do que no ano anterior - níveis só comparáveis aos de 1959, quando a indústria argentina mal se iniciava. Para este ano, as vendas de carros novos tendem a se manter nos mesmos patamares do ano passado, entre 7 e 8 mil unidades mensais.

(Gazeta Mercantil/Página C3)(Ismael Pfeifer)

Metalúrgicos, em greve, param a Renault e a Volvo

24 de Abril de 2003 - Cynthia Calderon, de Curitiba

Os 2,5 mil funcionários da montadora Renault, em São José dos Pinhais, e os 1,5 mil funcionários da montadora Volvo, em Campo Largo (RMC - Região Metropolitana de Curitiba) estão em greve por tempo indeterminado.

A paralisação dos metalúrgicos da Renault começou na terça-feira e foi definida em assembleia promovida pelo sindicato. A montadora produz 340 veículos por dia. A Renault não garantiu o INPC e ofereceu aos funcionários um bônus. São três parcelas que variam de R\$ 50 até R\$ 120.

Ontem a direção da empresa esteve reunida com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e Materiais Elétricos do Paraná para tentar uma negociação. De acordo com presidente do sindicato, Sérgio Butka, a proposta da montadora será apresentada hoje aos funcionários da fábrica.

A Renault divulgou comunicado ontem, confirmando a paralisação das atividades administrativas e operacionais incluindo atividades essenciais, em seu Complexo Ayrton Senna, em São José dos Pinhais. A montadora afirma que continua buscando uma solução conjunta. Para isto solicitou ao Sindicato nova reunião que aconteceu ontem.

A empresa não quis comentar sobre os prejuízos causados com a greve mas afirma que `os planos de investimento e oportunidades de exportação também são afetados`.

Os metalúrgicos da montadora Volvo, entraram em greve por tempo indeterminado ontem, no período da tarde. Segundo o sindicato, também está marcado para hoje uma nova assembléia com os funcionários da empresa. A proposta da Volvo de abono de R\$ 500 em duas parcelas mais 50% do INPC de setembro foi rejeitada. Com a greve a montadora deixa de produzir 25 caminhões e três ônibus por dia.

A Volvo afirma ter tentado várias alternativas de negociações e diz que, todas foram rejeitadas. Segundo, a assessoria de imprensa da montadora, a última proposta, também rejeitada, foi de abono de R\$ 600 para os funcionários que recebem até três salários mínimos e de R\$ 400 para quem ganha acima. A Volvo também comunicou que entrará na justiça pedindo um dissídio coletivo.

Na Campanha Salarial de Emergência o sindicato reivindica a recuperação das perdas salariais de 14,61% ocorridas entre os meses de setembro do ano passado até março deste ano. As negociações estão ocorrendo há algumas semanas, até agora o que as montadoras oferecem são abonos que não foram aceitos pelos metalúrgicos.

Já na Audi/Volkswagen os metalúrgicos também não aceitaram a proposta da montadora de abono parcelado em cinco vezes de R\$ 100 e a garantia de 100% do INPC em setembro. A contra-proposta dos sindicalistas é que o abono seja efetuado numa única parcela ou em duas vezes com acréscimo de 10%.

Já ocorreram paralisações anteriores no Estado, mas caso a Audi/Volkswagen venha aderir a greve esta será a primeira paralisação geral reunindo as três montadoras instaladas no Paraná. Serão em torno de sete mil funcionários parados.

O Parque Industrial de Curitiba(PIC), que reúne 12 empresas fabricantes de auto-peças e 1,2 mil metalúrgicos aguarda uma definição da Audi/Volkswagen para retomar as negociações, já que as empresas do PIC são fornecedoras da Audi.

ccaldero@gazetamercantil.com.br

Rejeição a bônus amplia greves em montadoras

São Paulo e Curitiba, 24 de Abril de 2003 - Na tentativa de conter a greve iniciada nas montadoras, onde os funcionários pedem antecipação da correção salarial, o Sinfavea - sindicato que reúne o setor automotivo no estado de São Paulo - propôs ontem aos sindicatos dos trabalhadores abonos de R\$ 900,00 e R\$ 500,00, dependendo de cada base.

"Não vamos aceitar esse abono. Pedimos reajuste de 10,39%, que, na verdade, representa mais do que o abono", disse Vivaldo Moreira Araújo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, base onde se encontra a fábrica da General Motors, em greve desde a última terça-feira. Segundo o sindicalista, com o abono, a empresa deixa de ter encargos sociais como FGTS, 13º salário, hora-extra e férias.

No Paraná, 2,5 mil funcionários da Renault e 1,5 mil da Volvo estão em greve. A Renault não garantiu o INPC - e o bônus que ofereceu foi rejeitado. A montadora apresenta hoje nova proposta. A Volvo teve rejeitadas duas propostas de abono mais 50% do INPC. A empresa entrará com pedido de dissídio.

Na Audi/VW, houve rejeição à proposta sobre o número de parcelas do bônus. Se não houver acordo, o Paraná poderá ter a primeira greve geral de suas três montadoras com envolvimento de 7 mil pessoas.

ArvinMeritor pára em Osasco

São Paulo, 24 de Abril de 2003 - Depois de suspender em Cambuí (MG) parte da produção de levantadores de vidros e de escapamentos por causa da greve na fábrica da General Motors de São José dos Campos (SP), a ArvinMeritor foi obrigada a parar também parte da linha de produção da unidade de eixos, que fica em Osasco (SP), após a confirmação ontem da greve por tempo indeterminado na fábrica da Volvo, em Curitiba.

Para Héctor Bottai, diretor para a América do Sul da divisão de tecnologia de ar e emissões da ArvinMeritor, a greve nessas montadoras vai provocar perdas significativas para a empresa. "Dependendo do volume de pedidos, só será possível recuperar se as paradas forem compensadas com horas extras, uma hipótese remota já que o mercado interno continua em retração", diz Bottai.

Segundo o executivo, a ArvinMeritor não pode compensar a perda de negócios por causa da greve de funcionários na GM, Renault e Volvo com exportações porque os componentes são feitos exclusivamente para essas montadoras.

Para Curitiba, a ArvinMeritor envia em sistema "just in time" rodas para a fábrica da Renault e eixos para a Volvo. A fábrica da GM de São José dos Campos é abastecida com rodas, levantadores de vidros e

escapamentos. Bottai informou que a empresa está aproveitando a greve para fazer manutenção nas suas fábricas e dar treinamento aos funcionários.

Como a ArvinMeritor, outras fornecedoras de componentes não conseguiram entregar ontem seus pedidos para as montadoras em greve.

(Gazeta Mercantil/Página C3)(Sonia Moraes)

Venda de popular cai 9,59%

24 de Abril de 2003 - As vendas de carros populares apresentaram queda de 9,59% nos primeiros 15 dias de abril. O volume reduziu de 26,5 mil unidades, entre os dias 1º e 18 de março, para 23.958 unidades de 1º a 15 deste mês, segundo informações da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). Comparando os períodos, a participação dos populares diminuiu de 64% para 55,4%, enquanto a dos médios aumentou de 36% para 44,6%. As vendas de carros médios apresentaram elevação de 29,15%, de 14.925 unidades para 19.275 unidades. Nos primeiros 10 dias de abril as vendas de veículos no varejo cresceram 2,95%, de 86.254 unidades no mesmo período de março para 88.796 unidades. As de automóveis cresceram 4,36%, de 41.425 unidades para 43.233 unidades. As de comerciais leves aumentaram 12,43%, de 7.594 unidades para 8.538.

(Gazeta Mercantil/Página C3)

Vendas no atacado crescem 11,6% em termos reais

São Paulo, 25 de Abril de 2003 - Pequeno varejo impulsiona faturamento no trimestre. As vendas das empresas atacadistas tiveram um crescimento real de 11,6% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2002. Esse bom resultado, que supera o desempenho acumulado em todo o ano passado, apóia-se principalmente na demanda de pequenos comerciantes, segundo a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad).

Em 2000, o pequeno varejo respondia por 42,8% da receita total do ramo de atacado. Essa participação aumentou para 45,6% em 2002 e poderá chegar neste ano a 48%, informa Paulo Hermínio Pennacchi, presidente da Abad.

A força do comércio sem bandeiras, representado por mercearias, armazéns e supermercados, que têm os próprios donos na linha de frente dos negócios, foi descoberta pelos atacadistas e também pelas indústrias. De acordo com Pennacchi, o atacadista atende a pequenas encomendas e ainda financia as compras em até 35 dias. E a indústria vê agora o varejo anônimo como uma alternativa importante de distribuição de suas linhas de produtos para um número crescente de consumidores.

O apoio a pequenos e médios estabelecimentos comerciais não é uma iniciativa nova dos atacadistas. A Universidade Martins do Varejo, de Uberlândia (MG), já treinou 35 mil profissionais e participou da modernização de mais de três mil lojas de clientes do grupo Martins em várias regiões do País.

Pesquisa realizada pela Abad e AC Nielsen mostra que a receita bruta do atacado cresceu 11% em 2002, bem acima da média de 1,8% verificada entre 1996 e 2001. Num universo de 800 mil pontos-de-venda atendidos em todo o Brasil, o faturamento acumulado das empresas atingiu R\$ 52,8 bilhões.

Como nos anos anteriores, alimentos comandam a lista dos produtos mais vendidos, com participação de 37,5% no movimento total. Destacam-se, em seguida, artigos de higiene (14,8%) e de limpeza (13,2%).

O ranking dos grandes atacadistas nacionais é liderado pelo Makro, que faturou R\$ 2,8 bilhões no ano passado. No grupo dos 10 maiores em vendas, estão três empresas de São Paulo e sete de Minas Gerais.

Página C-2 (Gazeta Mercantil/Página A1)(Amundsen Limeira)

Pequeno varejo garante crescimento do atacado

São Paulo, 25 de Abril de 2003 - Só no primeiro trimestre deste ano as vendas atingiram o mesmo desempenho registrado durante o exercício de 2002. As vendas do atacado para o comércio varejista continuam em alta, puxadas principalmente pelas compras realizadas por pequenos estabelecimentos. Só no primeiro trimestre deste ano, o setor repetiu o desempenho acumulado durante todo o exercício passado, registrando um crescimento real de 11,6% em relação ao mesmo período de 2002.

"A participação do pequeno varejo cresceu muito nos últimos dois anos. Em termos percentuais, esse aumento chega a 6,5%, no período", confirma Paulo Hermínio Pennacchi, presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad).

Pelos seus cálculos, em 2000, o chamado comércio de vizinhança respondia por 42,8% da receita total do mercado atacadista. No ano seguinte, essa participação cresceu para 43,5% e atingiu 45,6% em 2002. "Neste ano, os pequenos varejistas deverão responder por até 48% das vendas totais do atacado", arrisca Pennacchi. Além disso, acrescenta ele, o setor passou a atender um maior número de pontos-de-venda, voltando-se principalmente para o varejo alimentar, segmento da cadeia de abastecimento encarregado de servir os pequenos e médios comércios.

O avanço do pequeno comércio, explica o presidente da Abad, reflete a mudança do comportamento das empresas atacadistas em relação à mercearia da esquina, ao armazém e ao mercadinho do bairro, "onde o dono atende o cliente pelo nome". Atualmente, acrescenta ele, o atacadista não só atende a pequenas encomendas como ainda financia a compra desse pequeno comerciante em até 35 dias.

"Até o Plano Real, as vendas eram decididas pelo volume. Hoje em dia, a indústria vê o pequeno varejo como uma alternativa de distribuição de seus produtos para um número maior de consumidores", comenta Pennacchi.

As empresas atacadistas atendem a um universo de 800 mil pontos-de-venda em todo o País. Juntas, elas empregam diretamente 120 mil funcionários e mantêm uma equipe de 66 mil representantes comerciais e vendedores, além de uma frota de 46 mil veículos entre próprios e de terceiros.

Acima da média

O presidente da Abad ainda destaca os investimentos feitos pelo comércio de vizinhança em tecnologia de refrigeração e logística, com ênfase na melhor prestação de serviços aos clientes, como fatores propulsores do significativo resultado obtido no ano passado.

Levantamento realizado em parceria com a AC Nielsen mostra que a receita bruta do setor atacadista cresceu 11% em 2002, bem acima da média de 1,8% verificada entre 1996 e 2001. De acordo com a pesquisa, o atacado faturou R\$ 52,8 bilhões, no ano passado, o correspondente a cerca de 4% do PIB brasileiro, contra os R\$ 43,8 bilhões do exercício anterior. Como nos outros anos, os alimentos encabeçam a lista dos produtos mais vendidos (37,5% do total), seguido pelos itens de higiene (14,8%) e de limpeza (13,2%).

Também houve pouca mudança no ranking das maiores empresas atacadistas. As paulistas Makro e Atacadão Distribuidora seguidas pelas mineiras Martins e Arcom continuam liderando, posições que mantêm já há três anos.

A região Sudeste é o maior mercado consumidor do País, com 47,8% do total. Em segundo lugar, a região Nordeste (17%) enquanto o Sul fica na terceira colocação (14,1%), e em quarto lugar o Centro-Oeste, com 10,9%. A região Norte e os Estados do Maranhão e Piauí, juntos, correspondem a 10,2% do mercado consumidor.

(Gazeta Mercantil/Página C2)(Amundsen Limeira)

Sem favorito na Argentina

Buenos Aires, 25 de Abril de 2003 - Eleição de domingo põe em xeque o Mercosul e relação com Brasil. Às vésperas das eleições presidenciais na Argentina, os três candidatos com maior chance de chegar ao segundo turno - o ex-presidente Carlos Menem, o governador de Santa Cruz, Néstor Kirchner, e o economista Ricardo López Murphy - mostram-se dispostos a buscar negociações diretas com Estados Unidos e União Européia, postura que contrasta com o interesse do governo brasileiro de negociar sempre em bloco, a partir do Mercosul, política que tem sido corroborada pelo atual presidente argentino, Eduardo Duhalde. Os principais candidatos à presidência encerraram campanha para as eleições de domingo enfrentando números muito díspares nas últimas pesquisas de intenção de voto. Mas, apesar disso, os institutos apontam os três favoritos para o segundo turno.

Menem apareceu, ontem, em primeiro lugar na maioria das sondagens eleitorais, com 20% da preferência do eleitorado, e é tido como nome praticamente certo na disputa no segundo turno. Brigariam pela outra vaga Kirchner e Murphy, neste caso com pequena vantagem para o primeiro, apoiado pela ala renovadora do Partido Justicialista (PJ) e pelo governo. Segundo a última pesquisa Ibope/OPSM, com entrevistas feitas até anteontem, Menem figura em primeiro com 19,7%, Kirchner tem 19,1% e Murphy, 15%. Outro instituto, Catterberg & Associados, apresenta resultado mais equilibrado, com Menem, Murphy e Kirchner praticamente empatados com 20%.

"Nos últimos dias constatamos certa melhora para Kirchner, que recuperou-se e neste momento leva pequena vantagem sobre López Murphy. Um deles deve disputar o segundo turno com Menem, em maio", prognosticou o diretor da empresa de pesquisas Centro de Estatísticas e Opinião Pública (Ceop), Roberto Bacman, que faz levantamentos para o jornal mais vendido no país, o Clarín.

Página A-22 (Gazeta Mercantil/Página A1)(Ismael Pfeifer)

Menem, Kirchner e Murphy, favoritos

Buenos Aires, 25 de Abril de 2003 - Ex-presidente deve disputar segundo turno com um dos outros dois e enfrenta alta rejeição. As últimas pesquisas eleitorais divulgadas ontem na Argentina reforçaram o prognóstico de que o futuro presidente argentino está entre os peronistas Carlos Menem e Néstor Kirchner e do candidato independente Ricardo López Murphy.

Apesar das persistentes disparidades entre os vários levantamentos de intenção de voto, a maior parte dos institutos aponta em primeiro lugar o ex-presidente Menem - com cerca de 20%, com pequena margem sobre o segundo, entre Kirchner e López Murphy, que brigariam no domingo pela outra vaga para a disputa do segundo turno, dia 18 de maio.

Mas a vantagem de Menem nesta etapa inicial não lhe significará vantagem para a disputa decisiva. Ao contrário, tanto Kirchner como López Murphy largariam com vantagem na disputa do segundo turno, devido à enorme rejeição do ex-presidente. Apesar de deter neste momento a mais consolidada base de eleitores, Menem enfrenta ao mesmo tempo uma rejeição de 62%, segundo os últimos levantamentos do instituto Ceop (Centro de Estatísticas e Opinião Pública) - que faz pesquisas para o maior jornal argentino, o Clarín. "Ele tem o maior piso, mas também o menor teto, que neste momento vai até uns 30%. Mas mesmo assim é complicado assegurar que ele não tem chances para o segundo turno, porque definidos os dois finalistas começa outra partida.

De qualquer forma, parece difícil que Menem consiga reverter essa desvantagem em vinte e poucos dias", resume Roberto Bacman, diretor do Ceop.

O especialista, que não divulgou números exatos de seu último levantamento, prevê, porém, que o ex-presidente praticamente tem assegurada sua presença no segundo turno.

Kirchner, segundo ele, recuperou-se nos últimos dias e levaria pequena vantagem sobre López Murphy, a grande surpresa desta reta final, mas que teria parado de crescer.

Cenário tem mudado

"O cenário tem mudado muito rapidamente e há eleitores que trocam de candidato de um dia para o outro. Por isso é que mesmo a só dois dias da eleição fica difícil bancar um resultado", explicou Bacman, que considera apenas matemáticas as chances do terceiro peronista na corrida, o ex-governador de San Luis, Adolfo Rodríguez Saá.

A candidata de centro-esquerda, Elisa Carrió, com 13% das intenções, já é vista como descartada da disputa final.

Ibope

O Ibope/OPSM entrevistou 3.300 eleitores entre os dias 15 e 23 últimos em 64 cidades argentinas e aponta um empate técnico entre os dois primeiros, Menem e Kirchner. O primeiro aparece com 19,7% e o segundo com 19,1%.

Murphy e Saá

Neste levantamento, Murphy surge relativamente distante do segundo turno, com 15%, só pouco acima dos 14,3% de Saá. Mas como a margem de erro é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos, e a distância entre os três primeiros é inferior a 5 pontos, o economista estaria estatisticamente na briga. Ao mesmo tempo, outra consultoria, a Rouvier y Asociados, publicou ontem no diário Clarín resultado de uma sondagem em que López Murphy lidera a corrida com 24%, seguido de Kirchner com 17,7% e Menem, 16,9%.

25 milhões de eleitores

Estão aptos a votar no domingo 25,3 milhões de argentinos maiores de 18 anos. Ontem, o ministro do Interior, Jorge Matzkin, recebeu grupos de observadores internacionais enviados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que chegaram ao país para acompanhar a votação. O temor de alguns candidatos de que possa haver fraude na votação ou apuração levou a que os partidos criassem enormes exércitos de fiscais, num total recorde de 400 mil pessoas.

Terminou ontem a campanha eleitoral, com os últimos grandes comícios dos principais candidatos. Menem fez festa política no estádio Monumental, do clube River Plate. Kirchner fechou participação no Mercado Central de Buenos Aires.

Murphy havia feito último comício na quarta-feira à noite em Lanús, na Grande Buenos Aires. A partir de hoje está proibida a propaganda política no país.

(Gazeta Mercantil/Página A22)(Ismael Pfeifer)

Candidatos querem aproximação com EUA

Buenos Aires, 25 de Abril de 2003 - Às vésperas das eleições presidenciais na Argentina, os três candidatos com maior chance de chegar ao segundo turno - o ex-presidente Carlos Menem, o governador de Santa Cruz, Néstor Kirchner, e o economista Ricardo López Murphy - mostram-se dispostos a buscar negociações diretas com Estados Unidos e União Européia, postura que contrasta com o interesse do governo brasileiro de negociar sempre em bloco a partir do Mercosul, política que tem sido corroborada pelo atual presidente argentino, Eduardo Duhalde. Segundo os últimos levantamentos de intenção de voto, dois deles definirão em 18 de maio quem será o novo presidente.

O governista Kirchner, que ainda não havia explicitado sua posição sobre o assunto, disse ontem numa entrevista a correspondentes estrangeiros que pretende desenvolver "relações claras e diretas" com as grandes potências, embora tenha salientado que "seria importante se fosse possível articular negociações em conjunto" a partir do Mercosul. Reclamou de "assimetrias" na relação bilateral com o Brasil e exemplificou que no Nafta o mesmo desequilíbrio está provocando problema para a produção rural mexicana, impactada pela concorrência dos Estados Unidos, indicando que seu governo não aceitará perdas similares na relação

regional. "Por isso o tema Alca (Área de Livre Comércio das Américas) tem que ser muito bem analisado", tergiversou.

O ex-presidente Menem tem reiterado que buscará "alianças estratégicas diretas com Estados Unidos, União Européia e Ásia" e que pretende acelerar a integração do país com a Alca. López Murphy vai além, ao dizer em seu programa de governo que se o Brasil não aceitar baixar rapidamente a tarifa externa comum (TEC), proporá que ela seja eliminada. Com isso, o Mercosul seria devolvido à condição de "zona de livre comércio" (quando não há barreiras para circulação de bens e serviços dentro do bloco, mas sem tarifa comum para a importação de terceiros), para que cada país possa negociar individualmente acordos com outros blocos.

Neste sentido, Kirchner exhibe posição mais branda. "Acho que seria um erro acabar com a união aduaneira", resumiu. Sobre os temores manifestados por empresários brasileiros com negócios no Mercosul de que sua gestão possa adotar um perfil protecionista e, portanto, dificultar a entrada de produtos brasileiros, o candidato governista foi explícito. "A associação tem de permitir que o Brasil possa crescer produtivamente e que cresça também a indústria argentina e a produção argentina. Não tem sentido se um crescer em detrimento do outro. Isto não é protecionismo, é racionalidade de uma boa administração".

Petrobras

O candidato apoiado também pela ala renovadora do peronismo (Partido Justicialista - PJ) respondeu que discorda da política para o setor do petróleo implementada pelo governo Carlos Menem na década passada, quando a maior parte dessas companhias foi comprada pelo capital externo, inclusive a ex-estatal YPF, adquirida pela espanhola Repsol. "Mas não haverá nenhuma restrição à presença da Petrobras, dentro das normas legais".

A respeito das dificuldades para que a estatal brasileira assuma o controle da maior empresa transmissora de alta tensão argentina - a Transener, incluída no pacote de compra da Perez Companc Energia - Kirchner foi evasivo e disse que ao assumir a presidência buscaria solucionar o impasse (segundo informações de bastidores, a Petrobras já teria se comprometido a vender a Transener, para que o negócio de mais de US\$ 1 bilhão fosse fechado antes da assunção do novo presidente).

(Gazeta Mercantil/Página A22)(Ismael Pfeifer)

Oviedo tenta influir nas eleições do Paraguai

Assunção, 25 de Abril de 2003 - O ex-general golpista paraguaio, Lino Oviedo, irrompeu ontem na campanha para as eleições gerais do próximo domingo com um inesperado e veemente apelo de unidade, dirigido à oposição para tratar de desalojar o Partido Colorado do poder. "Deus queira que no domingo ganhe um dos partidos que está na oposição ao Partido Colorado. Divididos é mais difícil; unidos, com certeza!", afirmou Oviedo, numa declaração telefônica para a emissora de rádio local AM970. Fugitivo da Justiça paraguaia, Oviedo permanece no Brasil à espera de resolver sua situação de imigração depois de ter sido recusada sua extradição ao Paraguai, em dezembro de 2001, e a partir do território brasileiro dirige o Partido Unión Nacional de Ciudadanos Éticos (Punace), que aparece relegado à quarta colocação nas pesquisas de opinião. Seu candidato presidencial, Guillermo Sánchez Guffanti, tem por volta de 9% das intenções de votos, preferência muito inferior à do independente Pedro Fadul, que totaliza de 27 a 30%, e à do opositor liberal Julio César Franco, com 17 a 20%.

Nicanor, com 38%

Nicanor Duarte, o candidato do Partido Colorado, que está no poder desde 1947, reúne 38% das preferências. Oviedo advertiu que, se fracassar, sairá em campanha para que o futuro governo se torne ingovernável. "Vamos amarrar (Duarte) pelos pés e mãos, não terá autonomia", ressaltou. Apesar do apelo veemente, o líder do Punace não perdeu a oportunidade para criticar Franco e Fadul pela infrutífera tentativa de pacto, pois nenhum dos dois está disposto a abrir mão de sua candidatura em favor do outro. Oviedo, que tem de cumprir uma pena de dez anos de prisão pelo golpe que liderou em 1996 contra Juan Carlos Wasmosy (1993-98), foi especialmente duro com Fadul, um rico empresário católico que montou uma importante estrutura em 15 meses: "é um simples aventureiro, conhecido usurário, lobo com pele de cordeiro, cujo partido já diz tudo, 'dinheiro'. Vai transformar o palácio do governo em escritório de muitas pechinchas".

(Gazeta Mercantil/Página A22)(EFE)

Brasil e Venezuela ensaiam integração

Brasília, 25 de Abril de 2003 - Os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Venezuela, Hugo Chávez, dão passo importante hoje, em Recife, para impulsionar as relações econômicas entre os dois países. Lá, o BNDES deve anunciar a retomada de linhas de crédito a empresas brasileiras com projetos na Venezuela, a partir de iniciativa que se espera de Chávez, de exportar petróleo ao Brasil como garantia dos empréstimos

Página A-4 (Gazeta Mercantil/Página A1)(Paulo Paiva)

Brasil quer retomar negócios com Venezuela

Brasília, 25 de Abril de 2003 - Lula e Chávez encontram-se hoje no Recife; BNDES deve anunciar a reabertura do crédito em troca de petróleo. Brasil e Venezuela dão um passo importante hoje, no Recife, para incrementar os negócios e o comércio bilateral, esfriados no ano passado por causa da crise venezuelana. Simultaneamente ao encontro de 60 empresários de ambos os países, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez, acompanhados de ministros, analisarão como dar um novo impulso ao relacionamento econômico e comercial, dentro de estratégia de ambos os governos de aprofundar a integração sul-americana.

Na capital pernambucana, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve anunciar a retomada de linhas de financiamento para empresas brasileiras com projetos na Venezuela, a partir de iniciativa que se espera de Chávez, de colocar as exportações de petróleo ao Brasil como garantias dos empréstimos.

Além do petróleo, o Banco Central da Venezuela volta a aceitar as operações cursadas pelo Convênio de Crédito Recíproco (CCR). A Corporação Andina de Fomento (CAF) também oferecerá garantias, dentro de limites que oferece aos integrantes da Comunidade Andina, informou uma fonte diplomática.

O governo brasileiro vinha exigindo maiores garantias para financiar negócios com a Venezuela. Mas a partir de hoje, o governo espera retomar diferentes projetos, como um da Embraer, de venda de doze aviões AMX (T), destinados ao treinamento avançado e apoio tático operacional para a Força Aérea Venezuelana. A venda começou a ser negociada em 1999.

Muitas das iniciativas a serem tomadas baseiam-se nas conclusões de encontro que reuniu empresários dos dois países, sendo 117 só do Brasil, no final de março, em Caracas. Os empresários eram de setores diversos como construção civil, indústria química, transportes, siderurgia, aeronáutico e frigorífico. Investimentos estão sendo definidos, como a construção de 15 mil apartamentos e plantações de soja no interior do país, exploração de mandioca e produção de açúcar. O governo venezuelano quer diversificar a economia local, pois 76% de suas exportações baseiam-se nas vendas da estatal de petróleo, a PDVSA.

No encontro de março passado foram assinados vários documentos. Há um memorando entre o governo da Venezuela e o Grupo Produtos Químicos do Nordeste Ltda (Proquinor), do Rio Grande do Norte, para estudar a viabilidade de implantação de uma agroindústria e de uma fábrica de derivados de óleo de rícino na Venezuela. Outro memorando foi assinado com a empresa paulista I.A.T. – Companhia de Comércio Exterior (SP) com vistas ao fornecimento de equipamentos para a instalação de uma central açucareira no estado de Barinas. Firmou-se acordo com a Embrapa para aumentar a cooperação técnica e uma carta de intenções com a empresa Agroexport Ltda para impulsionar o desenvolvimento nas zonas de desenvolvimento sustentável (zedes) na Venezuela.

O governo brasileiro acompanha de perto a situação na Venezuela, não só por motivos políticos, mas devido também aos fortes interesses econômicos e comerciais. No ano passado a crise prejudicou o comércio bilateral: a corrente de comércio foi de US\$ 1,42 bilhão, com exportações brasileiras de US\$ 796,5 milhões e importações de US\$ 624 milhões. Em 2001, a corrente de comércio chegou a US\$ 1,839 bilhão, com superávit ao Brasil de US\$ 345 milhões, o primeiro ocorrido desde 1992. Em 2000, as transações atingiram US\$ 2,078 bilhões. O Produto Interno Bruto (PIB) venezuelano, no ano passado, caiu 9,6%.

A crise institucional contribuiu mas não foi o único fator a reduzir o comércio, que começou a cair quando houve a desvalorização da moeda venezuelana. A Petrobrás também diminuiu suas compras por causa da instabilidade da Venezuela, que chegou a ser o segundo maior fornecedor de petróleo do País, como lembra um diplomata brasileiro. Mas hoje, no Recife, a Petrobrás e a PDVSA podem anunciar um novo memorando de cooperação, que atualiza os termos de outro documento assinado há mais de dois anos.

A Petrobrás tem interesse em explorar petróleo na Venezuela e discute também a possibilidade de construir uma refinaria, no Brasil, em parceria com a empresa venezuelana - projeto por enquanto suspenso. A PDVSA já está presente no Pará, com um posto de gasolina em funcionamento e quatro em construção.

O presidente Chávez, segundo o diplomata brasileiro, pode sugerir de novo hoje a integração entre as empresas de petróleo da América do Sul, para criar a PetroAmérica e assim garantir maior poder da região no mercado internacional.

Para os dois governos, o relacionamento bilateral é um dos principais pontos para a integração entre os dois blocos econômicos regionais, Mercosul e Comunidade Andina de Nações (CAN).

(Gazeta Mercantil/Página A4)(Paulo Paiva)

Projetos voltam-se para a infra-estrutura

25 de Abril de 2003 - Brasil e Venezuela já apresentam uma lista expressiva de projetos. Eis um resumo:

Energia elétrica

Em 2001 inaugurou-se a linha de transmissão elétrica do complexo Guri-Macáguas II para o sul da Venezuela (Santa Elena de Uairén) e para norte do Brasil (Boa Vista). A interligação perfaz totaliza 690 km. O

contrato de compra, pelo Brasil (Eletronorte), de energia elétrica fornecida pela Venezuela (Edelca), foi assinado em 11.4.1997, com validade de 20 anos, para o suprimento de até 200 MW de energia.

Acordo comercial

Em 1999 foi concluído o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica (ACE) nº 39, entre o Brasil, a Colômbia, o Ecuador, o Peru e a Venezuela, ao qual já se vinculam nove protocolos adicionais. Espera-se que até o final do ano se possa firmar um acordo mais amplo, entre o Mercosul e a CAN.

Transporte

A ponte rodo-ferroviária sobre o Rio Orinoco foi objeto de convênio assinado entre os governos do Brasil e da Venezuela em fevereiro de 2000. O empreendimento monta a US\$ 530 milhões de dólares. A obra, a ser executada pela Construtora Norberto Odebrecht S.A, foi contratada pela CVG. Há ainda a estrada BR-174 que liga Manaus a Caracas, com 2.350km de extensão. O governo venezuelano também adjudicou à Construtora Norberto Odebrecht as obras civis do primeiro trecho da linha 4 do Metrô de Caracas, no valor de US\$ 200 milhões, com financiamento do BNDES, no valor de US\$ 107 milhões, destinado às exportações de bens e serviços brasileiros. Em 2001, a Companhia Anônima Metro Los Teques firmou contrato com um consórcio formado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A., do Brasil, com 70% de participação, e a Construtora Vinccler C.A., da Venezuela, com 30% de participação, para a construção das obras civis da futura linha Las Adjuntas – Los Teques. A obra está avaliada em US\$ 208 milhões.

Maquinário agrícola

Trata-se de contrato no valor de US\$ 80 milhões, a cargo do Fundo de Desenvolvimento Agrícola, Pecuário, Florestal e Afins (FONDAPFA), pelo qual as empresas brasileiras Cotia Trading e I.A.T. – Companhia de Comércio Exterior, fornecem máquinas e equipamentos agrícolas à Venezuela.

Irrigação

A construção do sistema El Diluvio-Palmar, no valor de US\$ 137,4 milhões, também tem a empresa Odebrecht do lado brasileiro. O contrato, assinado em 2000, tem valor de US\$ 1,495 bilhão, com venda de seis máquinas CAT e peças de reposição ao Comando-Geral da Armada, resultante de licitação da qual a empresa Cotia Trading S.A. saiu vencedora.

Financiamento

O Brasil tornou-se sócio da CAF em 1995. A CAF financiou a melhoria e pavimentação da BR-174 e a interconexão elétrica entre Roraima e o complexo de Guri. A CAF, recentemente, concedeu empréstimo de US\$ 35 milhões ao governo de Rondônia, para melhorar rodovias estaduais vicinais próximas à BR-364. Houve aumento de crédito à Eletrobrás de US\$ 110 milhões para US\$ 150 milhões, a projetos internos de geração e distribuição.

(Gazeta Mercantil/Página A4)

Montadoras negociam reposição salarial

São Paulo, 25 de Abril de 2003 - Os funcionários da General Motors de São José dos Campos (SP) fazem uma nova assembléia hoje às sete horas da manhã para decidir se permanecerão em greve. Ontem os empregados da GM decidiram continuar a paralisação iniciada na terça-feira, apesar de o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas ter julgado a greve abusiva e ter determinado o retorno imediato ao trabalho.

Aos trabalhadores da GM de Mogi das Cruzes, que ficaram três dias parados, o TRT deu voto favorável e determinou que a montadora pagasse o reajuste de 10%, parcelado em duas vezes, segundo informou o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. A primeira parcela será paga em abril e o restante em junho.

O vice-presidente da GM, José Carlos Pinheiro Neto, disse que vai recorrer da decisão do TRT. Ele disse ainda, que a GM vai estender para os funcionários de São José o mesmo benefício pago aos empregados da unidade de São Caetano do Sul, na grande São Paulo, um abono de R\$ 900,00 dividido em duas parcelas.

Os trabalhadores da Renault e da Volvo continuam em greve. Na última tentativa de conciliação os 1,6 mil empregados da Volvo não aceitaram a proposta da empresa (abono de R\$ 600,00 e a garantia de reajuste com índice e 50% do INPC na data-base, em setembro). Os trabalhadores querem um reajuste de 14,61% para repor as perdas da inflação. Apesar do impasse com seus empregados a Renault não levou a questão à Justiça. Em reunião realizada na quarta-feira os 2.774 funcionários não aceitaram a proposta de R\$ 500,00, sem a garantia de reajuste pelo INPC de setembro. A produção continua parada deste terça-feira.

Na Audi/Volkswagen será feita uma assembléia às 14h48 para determinar uma greve.

(Gazeta Mercantil/Página A4)(Sonia Moraes e Agência Globo)

EUA: Seguro-desemprego está em seu patamar mais elevado

Washington, 25 de Abril de 2003 - Mercado de trabalho deteriorado: pedidos estão acima de 400 mil. O número de norte-americanos que entrou com novos pedidos de seguro-desemprego aumentou inesperadamente na semana passada, para o maior patamar em mais de um ano. Os estados receberam 455 mil requisições iniciais dos benefícios do seguro-desemprego, acima dos 447 mil da semana anterior, informou o Departamento do Trabalho.

Dez semanas consecutivas

Os pedidos estão acima de 400 mil, há dez semanas consecutivas, indicando a deterioração do mercado de trabalho. As empresas continuam demitindo funcionários para reduzir custos, à medida que a economia luta para ganhar força. De fevereiro a março, quase meio milhão de empregos foram perdidos, enquanto a taxa de desemprego permaneceu perto do maior patamar em oito anos. Mais cortes de empregos podem restringir os gastos dos consumidores.

Os pedidos estão "em um nível compatível com a estagnação no mercado de trabalho", afirmou Ian Morris, economista-chefe do HSBC Securities, em Nova York, antes do relatório. "Difícilmente conseguiremos um grande salto nos empregos, em um ambiente de pós-guerra".

Os economistas haviam projetado que os pedidos totalizariam 425 mil, na semana concluída no sábado, depois dos 442 mil originalmente divulgados para a semana anterior, com base na mediana de 29 previsões de uma pesquisa da Bloomberg. O número de requisições na semana passada foi o mais alto desde a semana concluída em 30 de março do ano passado.

O governo dos EUA provavelmente divulgará na próxima semana que o índice de desemprego neste mês aumentou para 5,9%, dos 5,8% de março, com base na mediana de 20 estimativas colhidas em uma pesquisa da Bloomberg News com economistas. O índice atingiu o maior patamar em oito anos, de 6%, em dezembro. As perdas de empregos no mês passado provavelmente totalizaram 50 mil, depois de 108 mil em março, apontou a pesquisa.

A média de variação de quatro semanas nos pedidos, que ameniza a volatilidade dos números semanais, aumentou de 426 mil para 430.250.

Os pedidos ficaram em uma média de 411.438 até agora, neste ano. Isso em comparação com uma média de 404.310 para todo o ano de 2002, quando a economia se expandiu 2,4%.

Bens duráveis

As encomendas de bens duráveis nos Estados Unidos contrariaram as previsões do mercado e registraram crescimento no mês passado, puxadas pelos pedidos de computadores, maquinário e equipamentos militares, de acordo com relatório do governo divulgado ontem. As encomendas de itens feitos para durar pelo menos três anos aumentaram 2%, para US\$ 173,6 bilhões, depois de recuar 1,5% em fevereiro, de acordo com o Departamento do Comércio.

(Gazeta Mercantil/Página A10)(Bloomberg News)

ALCA Informe ReINet 025/2003

Zoellick e Palocci

O encontro foi solicitado por Zoellick, mas serviu para destacar o papel mais ativo que o ministro Antonio Palocci pretende ter na área comercial a partir de agora. Na prática, Palocci, que é favorável à liberalização comercial, está procurando reforçar o grupo, dentro do governo Lula, favorável tanto à criação da Alca quanto à conclusão da rodada de Doha, da OMC. A idéia é vencer as resistências dos setores contrários.

ALCA e Sociedade Civil

No México, os 34 países aprovaram ainda a proposta brasileira de realização de reuniões temáticas com representantes da sociedade civil, entre este ano e o próximo. "Nos encontros participarão representantes de governo e da sociedade civil para se discutir a Alca", afirmou um negociador. A participação nesses encontros não será obrigatória. Ficou ainda decidido que haverá maior divulgação de informações das negociações da Alca.

Alca será produtiva a longo prazo, diz Palocci

jornal "O Estado de São Paulo"

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, vê com otimismo o futuro das negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "Acredito que a Alca avança dentro das possibilidades e das condições colocadas por cada país", comentou Palocci, que ontem se reuniu com o representante de Comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick, na Embaixada do Brasil nos EUA. "É arquitetura difícil, mas será produtiva no longo prazo", acrescentou. Segundo o ministro, Zoellick estará em breve no Brasil para tratar de temas bilaterais do comércio e do prosseguimento das negociações para a Alca, co-presididas por Brasil e Estados Unidos neste ano.

Na próxima semana, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, viaja aos EUA para tratar dos assuntos relativos à sua pasta nas negociações.

Segundo Palocci, o representante do Comércio americano pediu uma audiência porque "queria conhecer melhor nossa posição sobre a importância do comércio internacional para a economia brasileira". É forte a relutância dos países desenvolvidos em atender o pedido do Brasil de derrubar barreiras protecionistas ao comércio e reduzir subsídios. Para o ministro, "essa será uma luta permanente do Brasil". "Não só os Estados Unidos, como os demais países desenvolvidos, têm mostrado dificuldade em mexer com esses temas", comentou Palocci. "Mas não deixaremos de colocar como prioridade. Essa é a prioridade das prioridades do Brasil."

O ministro explicou que a batalha por um comércio mais aberto não representaria "nenhum favor" ao Brasil. "Nós desenvolvemos competitividade e queremos que ela se expresse em comércio aberto." Ele lembrou que esses temas são difíceis até mesmo quando tratados pelos países desenvolvidos entre si. "Entre Estados Unidos e Europa há também uma discussão complexa com relação a subsídios agrícolas."

Palocci não teceu comentários quanto à declaração do representante da Casa Branca para a América Latina, Otto Reich, de que os Estados Unidos gostariam de ter recebido mais apoio e compreensão dos latino-americanos em sua iniciativa contra o Iraque. "O tema não foi colocado na reunião. Creio que a posição do presidente Lula é compreendida."

Investimentos

O ministro da Fazenda passa o dia de hoje em Nova York, em contatos com investidores e analistas de mercado. Palocci está empenhado em fazer com que a enxurrada de elogios recebidos pelo governo brasileiro nos últimos dias nos Estados Unidos se traduzam em investimentos.

"Minha expectativa é que não só investidores americanos, mas também de todo o mundo, percebam a força da economia brasileira e busquem fazer investimentos produtivos no Brasil", disse ele. O ministro explicou que a batalha pela melhora dos indicadores brasileiros "está sendo vencida", embora ainda não esteja concluída. Por isso, o governo brasileiro decidiu agora centrar fogo na expansão do comércio exterior "para que o Brasil possa voltar a crescer e gerar empregos". Ele acredita que a intensificação do comércio trará ao País "o desenvolvimento que queremos".

Palocci disse ter percebido uma confiança renovada dos investidores no Brasil. "Queremos que isso evolua para investimentos efetivos e produtivos." O ministro comentou que não tomou os elogios como algo pessoal, mas como um sinal de que a comunidade internacional vê o Brasil "com menos risco, receptivo a investimento". O ministro disse que também pretende criar no País um ambiente de estabilidade para o investimento local.

Segundo Palocci, o governo Luiz Inácio Lula da Silva será mais atuante que a administração anterior nas políticas de crescimento econômico e de distribuição de renda. "Não acreditamos, como se acreditou por muitos anos no Brasil, que a estabilidade gera crescimento", disse. "Crescimento e distribuição de renda não vêm por geração espontânea." Palocci explicou que o governo fez um "planejamento ordenado" para estimular as duas coisas, tendo como premissa básica a estabilidade econômica.

"O Brasil já cresceu sem distribuir renda e distribuiu renda sem crescer", comentou Palocci. A busca por mais investimentos internos e externos e de mais comércio, segundo ele, permitirá ao País atingir o crescimento sustentado e implementar programas de distribuição de renda.

Palocci reclama de proposta 'minimalista' dos EUA na Alca

jornal Valor Econômico

Numa conversa marcada pela franqueza dos dois lados, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse ontem ao embaixador Robert Zoellick, o ministro do comércio exterior dos Estados Unidos, que a proposta americana para a abertura dos mercados agrícola e de bens industriais na Alca foi uma "oferta limitada". O ministro brasileiro alegou que, sendo os EUA a maior economia do mundo, a proposta foi "minimalista".

"Uma oferta mais ampla nos ajudaria a obter apoio, dentro do Brasil, à negociação da Alca", explicou Palocci a Zoellick. "Esta é apenas a primeira oferta", reagiu o americano, sugerindo que a proposta pode ser melhorada.

Zoellick, que responde pelo USTR (a representação comercial do governo americano), reclamou com Palocci do fato de o Brasil não ter apresentado, dentro do prazo previsto, propostas de acesso a mercado em três áreas de negociação da Alca: compras governamentais, serviços e investimentos.

O encontro entre Palocci e Zoellick aconteceu ontem, na residência oficial do embaixador do Brasil em Washington, e foi relatado ao Valor por dois de seus participantes. "Apesar da franqueza e das divergências, a conversa foi absolutamente cordial e mostrou que os EUA têm boa vontade com o Brasil", atestou um participante. "Está tudo na mesa da negociação, inclusive, a agricultura", afirmou Zoellick durante a reunião. O embaixador americano admitiu que não será fácil lidar com produtos sensíveis para produtores americanos. Um deles, disse ele, é o suco de laranja produzido no estado da Flórida.

Ao responder à crítica de Palocci, Zoellick sustentou que a proposta americana de acesso a mercado para bens industriais e agrícolas cobre, com alíquota zero, 58% dos produtos do comércio entre os dois países. Presente ao encontro, o embaixador do Brasil em Washington, Rubens Barbosa, lembrou que, hoje, 67% dos produtos já têm alíquota zero. Portanto, a oferta teria diminuído o universo de mercadorias.

Zoellick explicou que o índice coberto hoje é de 67% por causa do Sistema Geral de Preferências (SGP), um mecanismo em que, unilateralmente, os EUA eliminam as alíquotas de alguns produtos para países pobres e em desenvolvimento. "O SGP pode ser revogado a qualquer momento pelo Congresso americano", observou o embaixador.

O encontro foi solicitado por Zoellick, mas serviu para destacar o papel mais ativo que o ministro Antonio Palocci pretende ter na área comercial a partir de agora. Na prática, Palocci, que é favorável à liberalização comercial, está procurando reforçar o grupo, dentro do governo Lula, favorável tanto à criação da Alca quanto à conclusão da rodada de Doha, da OMC. A idéia é vencer as resistências dos setores contrários.

"O embaixador Zoellick quis conhecer melhor a nossa visão sobre a importância do comércio internacional para a economia brasileira", disse o ministro depois do encontro. "A Alca é uma combinação e uma arquitetura difícil, mas que certamente será produtiva no longo prazo", afirmou Palocci.

Zoellick, que foi o representante do governo americano na posse do presidente Lula, aproveitou a reunião para confirmar sua visita ao Brasil, nos dias 27 e 28 de maio, quando vai se encontrar com o chanceler Celso Amorim e outras autoridades brasileiras. O encontro com Palocci serviu para retomar o diálogo que ele tinha com o governo brasileiro na gestão FHC.

Um estudo feito pelo Institute of International Economics (IIE), o mais conceituado fórum de debate econômico de Washington, prevê que o comércio entre o Brasil e os EUA poderá dobrar ou mesmo triplicar, rapidamente, a partir da criação da Alca.

"Mover-se rapidamente na Alca, mesmo sabendo que a maior parte da liberalização agrícola virá com a rodada de Doha da OMC, é uma grande oportunidade para as exportações brasileiras de mercadorias e serviços, onde o Brasil tem muitas vantagens competitivas", aposta o presidente do IIE, Fred Bergsten, que ofereceu ontem um almoço ao ministro Palocci.

Lula reduz social por mercado, diz Stiglitz

Professor compara Lula a Clinton e diz que petista diminuiu agenda social para concentrar-se na redução do déficit

Roberto Dias
De Nova York

Para o economista Joseph Stiglitz, o governo Lula começou fazendo um bom trabalho, especialmente no que toca à necessidade de reformar a Previdência. Professor da Universidade Columbia, em Nova York, e Prêmio Nobel de Economia, Stiglitz, 60, diz que, em contrapartida, o preço disso pode estar sendo o abandono inicial da agenda social. Leia trechos da entrevista concedida por telefone da Espanha na semana passada.

Folha - No Brasil, algumas pessoas criticam o governo por não ser tão reformista quanto esperavam. Qual sua impressão, vindo de fora?

Joseph Stiglitz - Em geral, a impressão do exterior sobre o Brasil tem sido muito positiva. Acho que a maior parte das pessoas crê que o governo tem feito um trabalho muito bom no começo. Mas a questão que muitas pessoas levantam é: está havendo um custo, a agenda social foi diminuída. Para satisfazer o mercado de capitais, ele está tomando ações conservadoras. Algumas dessas ações são boas. Acho que há um consenso amplo de que algo deveria ser feito com a Previdência. Nos EUA, Clinton gastou oito anos trabalhando muito duro para eliminar o déficit. Desistiu de uma parte muito grande de seu programa social. Ele tinha um documento chamado: "Colocando as pessoas em primeiro lugar". Era o coração de sua agenda e a maior parte dela foi congelada por causa da redução dos déficits. Agora, muita gente que estava no governo Clinton vê tudo isso como um erro, porque, menos de um ano depois, todo o trabalho de redução do déficit foi destruído por Bush.

Folha - Mas o sr. acha que o Brasil poderia deixar de controlar seu Orçamento neste momento? A dívida pública é de 56% do PIB e, em média, vence em menos de três anos. Não seria grande o risco de inflação e reação negativa do mercado?

Stiglitz - Não há resposta simples. Aumentar seu déficit é um problema para um país como o Brasil, no qual o nível de dívida já é alto. O problema nem é tanto inflação. Não está tão relacionado ao tamanho do déficit, mas sim ao nível de demanda agregada, e não há agora um problema de demanda agregada.

Folha - Há uma discussão muito grande no Brasil sobre juros. As taxas estão altas e o Banco Central tem dito que a inflação ainda é preocupação. Empresários dizem que estão enfrentando dificuldades com as taxas. O sr. acha que o BC pode estar discutindo juros sem levar em conta o desemprego?

Stiglitz - Acho que qualquer um que olhar para os juros no Brasil vai ver que as taxas são extremamente altas. Dificultam muito os negócios. Empresas americanas não poderiam operar com essas taxas. Minha visão é que se tem que se preocupar muito com inflação, mas não deixar a inflação ser a única força motriz. É preciso ter preocupação com crescimento e empregos também. Há um risco neste momento de que a luta contra a inflação possa ter sido levada muito adiante e que se esteja dando muito pouco peso à preocupação com empregos e trabalho. Isso, certamente, terá um impacto muito grande na habilidade do governo de manter o programa social. Altas taxas de juros tornam mais difícil para o governo segurar dinheiro que poderia ir para programas sociais. Baixo crescimento significa que a renda será menor e desemprego alto significa que a magnitude do trauma social será maior.

Folha - Mas, se as taxas de juros caírem de uma vez e o país crescer muito rapidamente, o superávit comercial deve sumir depressa. Como há problemas nas contas externas, não poderia haver crise?

Stiglitz - A alta taxa de juros compõe o problema do déficit. Taxas mais baixas vão promover o crescimento e ajudar duas vezes o déficit - o crescimento maior trará maior arrecadação e os juros mais baixos vão diminuir os gastos com o serviço da dívida. Há alternativas que governos em posições semelhantes à do Brasil têm utilizado, ou ao menos pensado em utilizar, para diminuir seus gastos com juros. Por exemplo, um governo pode aumentar as exigências de retenção de títulos governamentais com taxas de juros próximas a zero ou abaixo das do mercado, com o lucro sendo passado ao governo. Pode emitir títulos com taxas mais baixas, com algum adocantes para torná-los atrativos.

OLHAR EXTERNO

"Chance de Alca em 2005 é próxima a zero"

Segundo Stiglitz, acordo chileno revela como os EUA usam livre comércio para limitar soberania econômica da AL

Leia a continuação da entrevista com o economista Joseph Stiglitz. Nesta parte da entrevista, ele põe perto de zero a probabilidade de que o acordo de livre comércio das Américas seja concluído até janeiro de 2005, como previsto.

Folha - Os presidentes Lula e Bush se comprometeram a terminar as negociações da Alca até janeiro de 2005, como programado. Quais as chances de os 34 países chegarem a um acordo em um ano e meio?

Joseph Stiglitz - O ponto chave está com os EUA: se vão abrir seus mercados para os produtos agrícolas do Brasil, se vão eliminar subsídios para que seus produtos agrícolas possam concorrer com os produtos brasileiros, se vão eliminar as barreiras não-tarifárias. Se os EUA dissessem que iriam fazer isso, acho se poderia chegar a um acordo muito rapidamente. Mas não vejo nenhum sinal de que os EUA estejam ao menos querendo falar sobre esses assuntos. Esses temas, que eu vejo como absolutamente centrais para qualquer área de livre comércio nas Américas, ficaram para discussão na OMC. E na OMC não há nenhum progresso sendo feito. Os relatos recentes que vêm dos preparativos para o encontro ministerial de Cancún têm sido muito negativos. Na minha opinião, dada a magnitude da mudança dramática que seria necessária na política econômica doméstica dos EUA, acho que a probabilidade é próxima a zero.

Folha - Nos itens agrícolas, a Europa tem posição defensiva e os EUA se recusam a discutir o assunto na Alca, preferindo a OMC. O que os países em desenvolvimento podem fazer então?

Stiglitz - Se vai haver um acordo de livre comércio, ele tem que se basear em princípios de reciprocidade. Itens que são importantes para os EUA têm que ser contrabalançados com itens que são importantes para os países em desenvolvimento. Os EUA têm, por exemplo, que abrir seu mercado para o açúcar e para a carne. A política americana tem se movido na direção contrária. No governo Bush, aumentaram os subsídios agrícolas. Então o assunto deveria ser colocado de forma muito clara: se os EUA querem o acordo, o interesse econômico de outros países tem que ser considerado seriamente. O problema é que os EUA são sempre muito sensíveis aos seus próprios problemas domésticos. Dizem que não podem mudar a agricultura por causa da pressão de forças políticas do Meio-Oeste. Mas todos os países têm

problemas políticos domésticos também. Querem que os outros países superem seus problemas domésticos, mas se recusam a discutir os seus próprios.

Folha - O sr. acha que a agricultura é a questão principal da Alca neste momento?

Stiglitz - Acho que é um dos temas-chave. Eu listaria três assuntos. Um é a agricultura. Outro são as barreiras não-tarifárias. Por exemplo: não faria bem ao Brasil assinar o acordo de livre comércio e começar a exportar algo que os EUA digam: "Vocês estão praticando dumping". Isso é exatamente o que aconteceu com o México. Após o Nafta, os EUA começaram a tomar ações contra os tomates, os abacates e até as ameixas mexicanas, uma série de ações que tentaram manter os bens mexicanos fora do país mesmo com as tarifas tendo sido reduzidas. O terceiro ponto é o uso crescente de acordos de livre comércio para ir além do comércio. Eles fizeram isso no acordo chileno, por exemplo, no qual insistiram em restringir o direito chileno em usar controles de capital especulativo. Não tem nada a ver com comércio, mas era de interesse de Wall Street. Os EUA muito provavelmente fariam isso num acordo de livre comércio das Américas. Isso minaria a estratégia e a soberania brasileiras, sua estabilidade para aplicar políticas sociais e, creio, até a estabilidade para gerenciar sua economia.

Folha - Se a probabilidade de acordo até 2005 é próxima a zero, como o sr. diz, quais as consequências na política externa dos EUA?

Stiglitz - Acho que é bem possível que o próximo governo dos EUA seja mais sensível em relação a um acordo livre comércio. Isso pode acontecer em 2004, talvez em 2008. Mas, certamente entre as pessoas mais jovens nos EUA, há reconhecimento de que o que fizemos no passado foi injusto. Penso que as discussões contínuas vão criar uma força política mais forte dentro dos EUA para adoção de acordo de comércio mais justo. Há reconhecimento crescente nos EUA da importância da idéia de uma área de livre comércio nas Américas, de integração econômica mais próxima.

Folha - Então não que é que o acordo é impossível, mas sim improvável neste governo?

Stiglitz - Não quero excluir a possibilidade de que o governo possa mudar seu pensamento -acho que há pessoas no governo que de fato acreditam na idéia. Mas não vejo nenhuma evidência de movimentos significativos na direção certa.

Folha - Mas o governo americano tem falado muito sobre a Alca.

Stiglitz - A questão é: qual é a agenda econômica? Todo governo quer ter uma agenda. Eles não podem fazer mais cortes de impostos, porque o déficit já está muito grande. Então o comércio está se tornando uma área de ativismo. É um setor em que eles podem obter conquistas, e as empresas americanas obviamente vêem oportunidades. Essas empresas americanas são evidentemente grandes contribuintes da campanha, então há uma agenda política clara de abrir mercados. Não há agenda, por outro lado, de reciprocidade. Há pressão para fazer algo, para conseguir uma área de livre comércio nas Américas, mas não há força política para que isso seja feito de maneira justa.

"Não somos um país hegemônista", diz Garcia

Assessor de Assuntos Internacionais diz que relação com os EUA mudou e que política externa do País 'só oferece alternativas de pacificação e integração'

O Estado de S.Paulo

29/06/2003

Nacional

BRASÍLIA - O encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush, dos Estados Unidos, no último dia 20 em Washington, marcou a possibilidade de uma relação "não ideológica" entre os dois países, apesar das diferenças entre as linhas seguidas por seus governos. A avaliação é do assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, que, em entrevista ao Estado, destacou como principal sinal desse encontro o fato de não ter sido dominado pela polêmica Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Um dos principais consultores do presidente sobre política externa, ao lado chanceler Celso Amorim, Garcia reconheceu que boa parte dos desafios do novo governo na área externa haviam sido iniciados ou preservados - no caso do Mercosul - por Fernando Henrique Cardoso e sua equipe. Também salientou que a gestão Lula encontrou um cenário mais favorável à integração regional do que aquele com o qual FHC teve de se desdobrar nos últimos anos. E lembrou que, no continente, o Brasil não tem como meta dominar as ações. "Não temos uma posição hegemônista", lembra Garcia. "Queremos exercer a generosidade e eliminar os pequenos entraves nas relações" Também repudiou a versão de que há continuidade na política externa. E voltou à carga contra o que chamou de "diplomacia do gogó", que teria sido praticada no governo anterior.

Estado - Qual o seu balanço do encontro entre os presidentes Lula e Bush?

Garcia - A viagem anterior, em dezembro, foi mais de reconhecimento. Teve um aspecto inusitado por se tratar de uma reunião de um presidente eleito de esquerda, sobre o qual se especulava se iria fazer uma mudança brutal na política econômica ou um outro tipo de alinhamento internacional. Naquela ocasião, o presidente teve a oportunidade de expor ao governo americano o que iria fazer em termos internos e de política externa. A viagem da semana passada consolidou o novo tipo de relacionamento que nós queremos com os

Estados Unidos, marcado pelo nosso reconhecimento do papel que este país tem no mundo e pelo reconhecimento que queremos ter por parte dos Estados Unidos como país importante na América do Sul. Portanto, manteremos uma relação não-ideológica. A reunião de trabalho envolveu dez ministros e não foi dominada pelos temas da Alca. Essa palavra quase não foi mencionada.

Estado - Os presidentes reafirmaram o prazo da negociação, até 2005.

Garcia - Essa foi a única menção à Alca, que está em duas linhas do comunicado. O Brasil não fez nenhuma inflexão no que diz respeito à sua política para a Alca. Tudo o que havia sido anunciado pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, como consequência da reunião do presidente Lula com seus ministros, se mantém.

Estado - Mas o Brasil aceitou a proposta americana de dar um viés mais pragmático para a Alca, que já estava praticamente consolidada desde a apresentação da oferta dos EUA para o Mercosul.

Garcia - Essa situação foi engraçada porque os Estados Unidos fariam as negociações, mas diziam que não queriam o acordo direto com o Mercosul, o chamado 4+1. Nós teríamos feito o 4+1 com o fatiamento ou não da Alca. Mas essa questão não foi discutida em Washington e já havia sido tratada durante a passagem do representante dos Estados Unidos para o Comércio, Robert Zoellick, pelo Brasil. Não houve nenhuma inovação política desde então. A Alca está no mesmo estado de antes. O Brasil, como co-presidente, tem responsabilidades pesadas e vai tentar levá-las adiante. Mas dizer que o presidente mudou de política ou que o Brasil capitulou não tem procedência. Isso é uma invenção fantasiosa sobre uma reunião que não tratou da Alca.

Estado - Essa reunião tranqüilizou os EUA em relação a essa política externa pró-ativa do governo Lula?

Garcia - Não acredito que os Estados Unidos estivessem inquietos com relação à nossa política. Não gosto da expressão pró-ativa, mas nossa atuação ativa na América do Sul tem-se revelado um fator de agregação econômica e de crispação das situações tensas. Contribuímos para uma solução negociada na Venezuela. Tentamos, na medida das nossas possibilidades, ter uma intervenção positiva e diplomática na Colômbia. O Brasil não é um foco de inquietação. Ao contrário, a política externa brasileira só oferece alternativas de pacificação e de integração da região.

Estado - Até que ponto a integração física e comercial da América do Sul não será apenas retórica?

Garcia - Há um fator fundamental, em relação ao passado, que é político.

Além da vontade do governo brasileiro e dos outros países, houve mudança no quadro político na América do Sul nos últimos seis meses. O presidente do Chile, Ricardo Lagos, disse em Assunção que a região devia muito ao presidente Lula porque a atuação do governo brasileiro criou um novo clima na América do Sul. A eleição da Argentina é outro dado. A possibilidade de um forte eixo Brasil-Argentina representa um ganho político enorme para o Mercosul e o conjunto da América do Sul. Os entraves de ordem burocrática sempre existiram. Isso se remove. O BNDES está fazendo o possível e o impossível para implementar a política externa.

Estado - Além da negociação interna do Mercosul e da integração sul-americana, foram iniciados contatos com a África, Índia e Oriente Médio. O governo não estaria dando um passo maior que as pernas ao abrir tantas frentes de negociação?

Garcia - No primeiro semestre, concentramos nosso foco na América do Sul. Essa agenda se cumpriu razoavelmente bem e agora está entrando em velocidade de cruzeiro. Cenário melhor que esse, impossível. O segundo passo seria a aproximação com a África de expressão portuguesa, que tinha sido abandonada, e com a África do Sul, que vai se desenvolver no segundo semestre. Ao mesmo tempo, será reforçada a política sul-americana. O elemento novo é que a dimensão Sul-Sul, que imaginamos para um pouco mais à frente, foi precipitada pela reunião do Grupo dos Oito, em Evian, em junho. O presidente Lula encontrou-se com os chefes de Estado da Rússia, da Índia, da China, da África do Sul, do Senegal, da Nigéria, da Argélia. Encontros desse tipo precipitam relações bilaterais e multilaterais. Se o cavalo passa encilhado, a gente tem de montar. Não podemos pedir para esperarem um ano. No caso do Oriente Médio, o comércio é um imperativo forte. O principal problema da economia brasileira é seu estrangulamento externo, e uma das formas de contorná-lo é a diversificação de mercados.

Estado - Mas não há riscos de esses compromissos caírem no vazio?

Garcia - Sempre há riscos. Mas há vontade do governo de sair de uma política retórica. O Brasil não pode dar-se ao luxo de apenas planejar sua política externa. O País tem de ser reativo a um conjunto de demandas internacionais. O governo está ciente de que tem de ajustar seus instrumentos de ação a essa dinâmica.

Estado - Este governo de esquerda-centro, como o sr. prefere, despertou interesse e visibilidade no mundo. Porém, todas essas frentes de relacionamento foram mantidas ou iniciadas pelo governo FHC. Por que os senhores insistem em marcar as diferenças com a gestão anterior e criticá-la?

Garcia - O governo anterior não pôde fazer certas coisas porque não havia situação objetiva favorável. A política do governo anterior era boa, mas não teve consequências práticas e muita coisa ficou na gaveta. A diplomacia do gogó é muito palavrório, apontando para coisas certas, mas pouco resultado.

Estado - Mas que mudanças efetivas há agora?

Garcia - Agora, estamos com resultados. O presidente Lula não sabe falar inglês nem francês, mas ganhou visibilidade porque mudou a agenda internacional. Até pouco tempo atrás os temas eram o combate à inflação, os desequilíbrios macroeconômicos etc. Ele chamou a atenção para o problema das desigualdades sociais. Se o Fernando Henrique tivesse feito o que o Lula fez nesses seis meses, do ponto de vista macroeconômico, não estaríamos hoje sofrendo com as taxas de juros tão elevadas e o arrocho fiscal. Nós fizemos isso porque ele (FHC) deixou de por ordem na economia, tornou-a vulnerável.

Estado - O próximo alvo do governo, na América do Sul, seria a Colômbia. O que pode ser feito para solucionar o problema da guerrilha e do narcotráfico?

Garcia - Não se trata de uma crise conjuntural, mas de um fenômeno de longa duração. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farcs) existem desde 1962, e a violência vem desde 1948. Tampouco há vontade de negociação entre as partes. Uma ação de mediação do governo brasileiro passa necessariamente por um convite para que assumamos essa posição.

Estado - O Brasil aceitaria essa posição?

Garcia - Claro. Já repetimos na reunião de cúpula do Grupo do Rio, em Cuzco, em maio. Mas não faremos nada à revelia do governo colombiano, como não o fizemos no caso da Venezuela. A nossa idéia é internacionalizar soluções de paz. Não temos uma posição hegemônica e queremos exercer a generosidade e eliminar os pequenos entraves nas relações. O presidente Lula não é arrogante, fala de igual para igual com os presidentes da região. Isso cria um campo muito favorável. Quem achava que ele não daria certo em política externa cometeu um erro brutal.

Estado - Por que o governo insiste em não condenar decididamente os julgamentos sumários e as condenações à morte em Cuba?

Garcia - Trata-se de uma posição tradicional do Brasil nas votações da Comissão de Direitos Humanos da ONU. No caso de Cuba, houve uma superpolitização enviesada do tema porque outras situações, até mais graves, não foram nem sequer mencionadas. Nós nos abstermos da votação da condenação, mas fizemos uma declaração de voto na qual lamentamos o que havia ocorrido. Há outras práticas monstruosas de direitos humanos, bem pertinho de Cuba, e não as estamos condenando tampouco na comissão. Esse é um grande problema político, filosófico, jurídico internacional que será equacionado em algum momento. Mas, naquela ocasião, achamos que Cuba não deveria pagar esse preço. Isso não significou complacência do Brasil. Não estamos de acordo com essas práticas. No âmbito partidário, sempre foi dito que temos diferenças com o regime cubano. A nossa solidariedade com Cuba, por conta do embargo, e a nossa admiração pelas reformas sociais não nos torna cegos aos problemas políticos. No Brasil, temos outro caminho.

Além da Alca

Aloizio Mercadante

O recente compromisso conjunto Brasil/EUA de manter o início de 2005 como data para a conclusão das negociações da Alca não significa, de modo algum, que o governo brasileiro tenha abandonado as suas justificadas reservas em relação à proposta do bloco econômico em seu atual formato, as quais foram fortalecidas após a oferta norte-americana divulgada em fevereiro. Com efeito, a oferta do United States Trade Representative (USTR), além de manter a proteção aos "setores sensíveis", introduziu injustificável assimetria nas modalidades de desoneração tarifária com a nítida intenção de discriminar o Mercosul, particularmente o Brasil, no processo negociador.

Assim, a proposta norte-americana relativa aos produtos industriais prevê desoneração tarifária imediata para 91% da pauta importadora provinda dos países do Caricom, 66% para as nações da América Central, 61% para os países andinos e apenas 58% para o Mercosul. No que tange aos produtos agrícolas, a assimetria é ainda mais acentuada, pois a oferta prevê desoneração tarifária imediata para 85% da pauta de importações norte-americanas oriunda dos países do Caricom, 65% para a América Central, 68% para os países andinos e somente 50% para o Mercosul.

Não bastasse tal assimetria das ofertas, que tende a "bilateralizar" ou "regionalizar" as negociações na Alca, o texto do USTR tornou patente que o governo norte-americano não pretende abrir mão da proteção aos "setores sensíveis". De fato, a proposta apresentada prevê que, para o Mercosul, 35% dos produtos industrializados e 44% dos produtos agrícolas só terão importação desonerada em cinco, dez ou mais anos. Ou seja, em relação a muitos bens, a proteção tarifária e não-tarifária poderá ser mantida indefinidamente. Tal idéia é condizente com os termos da Trade Promotion Authority (TPA), a qual determina que, em relação a mais de 300 "produtos sensíveis", o Congresso norte-americano deverá discutir e aprovar a posteriori quaisquer propostas de abertura do mercado. Na prática, isso significará a manutenção de barreiras em setores "estratégicos". Ressalte-se que muitos produtos de grande interesse do Brasil, como suco de laranja, calçados, aço, carnes etc., estão na lista da TPA. Ademais, a proposta norte-americana não avançou na discussão de temas que são prioritários para o Mercosul e para o Brasil, como os subsídios agrícolas e os direitos antidumping, que representam as principais barreiras às nossas exportações. O governo dos EUA quer que tais assuntos sejam discutidos no âmbito da OMC, onde, normalmente, os interesses dos países

desenvolvidos tendem a confluir e confrontar as reivindicações das nações em desenvolvimento. Por outro lado, temas de grande interesse norte-americano, como compras governamentais, serviços e investimentos estão sobejamente contemplados na proposta.

A resposta do Mercosul à proposta assimétrica e protecionista norte-americana foi racional e estratégica. O novo governo brasileiro, secundado pelos demais países do bloco, acertadamente não apresentou oferta relativa a serviços, compras governamentais e investimentos, optando por remeter a discussão ao seu foro apropriado: a OMC. No que se refere à desoneração tarifária, a maior parte (77,74%) da lista de bens da Nomenclatura Comum do Mercosul teve proteção assegurada por até dez ou mais anos.

Criou-se, dessa forma, impasse incontornável nas negociações da Alca, que não será resolvido simplesmente mediante o compromisso com o prazo de 2005. Tal impasse não interessa ao Brasil porque a necessidade de superar a vulnerabilidade externa da nossa economia passa necessariamente pela geração de superávits comerciais alentados. Assim, a maior aproximação aos EUA, o principal parceiro comercial do Brasil, seria útil para expandir nossas exportações. Deve-se ter em mente que o gigantesco mercado norte-americano compra duas vezes mais do que o da União Européia e quatro vezes mais do que o do Japão. Nosso potencial de intercâmbio comercial ainda é pouco explorado, embora já tenhamos superávit de cerca de US\$ 5 bilhões. Com o Canadá, por exemplo, economia de escala semelhante à brasileira, os EUA têm um comércio de US\$ 500 bilhões, ao passo que, com o Brasil, esse intercâmbio não passou, em 2002, de US\$ 25,5 bilhões. O impasse também não parece interessar aos EUA, pois a integração comercial com o Mercosul, particularmente com o Brasil, principal economia da América do Sul, ser-lhes-ia de grande utilidade, principalmente na atual conjuntura recessiva. Afinal, todo mundo sabe que a Alca não existirá, de fato, sem o Brasil.

Como solução para o impasse, o governo brasileiro, em conjunto com os governos da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, vem apresentando a proposta de negociar um acordo de livre comércio Mercosul-EUA, no formato 4+1, a exemplo do que o governo norte-americano fez recentemente com o Chile. Em encontro recente que mantivemos com Robert Zoellick, representante do USTR, defendemos essa fórmula negociadora com especial ênfase. Aliás, vimos defendendo essa proposta há muito tempo, pois temos consciência de que, em várias áreas, as economias brasileira e norte-americana são concorrenciais, o que resulta em inevitáveis atritos, que só podem ser bem equacionados em negociações mais estreitas e focadas. Embora tal proposta não possa ser encarada como uma solução milagrosa que teria o condão de desatar instantaneamente o nó górdio do protecionismo norte-americano, ela tem, a nosso ver, vantagens significativas em relação ao formato tradicional da Alca. Em primeiro lugar, a fórmula 4+1 confere maior flexibilidade e agilidade às negociações, já que o número de países envolvidos é bem menor e os interesses, nessas circunstâncias, tendem a confluir com maior celeridade. Em segundo, o formato sugerido pelo governo brasileiro poderia retirar da pauta imediata de negociação temas espinhosos relativamente aos quais Brasil e EUA dificilmente obterão consenso a curto e médio prazo, focando as negociações no acesso aos mercados. Em terceiro, o esquema 4+1, ao simplificar as negociações comerciais, tende a colocar as relações bilaterais Brasil-EUA num patamar mais maduro e pragmático, com evidentes benefícios para ambos os países. Por último, a fórmula proposta pelo Brasil fortalece política e diplomaticamente o Mercosul, que é estratégico para a região.

Nesse sentido, o novo governo brasileiro já vem tomando medidas efetivas para reerguer o Mercosul e assumir, com responsabilidade, a sua liderança na América do Sul. Essa nova política externa para o hemisfério está criando as condições geopolíticas necessárias para imprimir mudanças qualitativas nas relações bilaterais Brasil/EUA, colocando-as num patamar de maior simetria e reciprocidade. A proposta do 4+1 coaduna-se perfeitamente com essa nova realidade e, apesar da negativa inicial do governo norte-americano, é a que reúne as melhores condições para produzir resultados positivos para todos.

Aloizio Mercadante, 49, é economista e professor licenciado da PUC e da Unicamp, senador por São Paulo, secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores e líder do governo no Senado Federal.

Folha de S. Paulo, 29/06/2003, Dinheiro

PAREM AS MÁQUINAS! **A esperança foi assassinada**

Luciano Martins Costa ()*

A Folha de S. Paulo decretou no domingo (8/6/03), e vem tentando nos convencer ao longo das semanas seguintes: o ano de 2003 está perdido para o Brasil, do ponto de vista da retomada do crescimento econômico. No mesmo período, o jornal definiria, ainda, que no Brasil também "não há mais uma grande força organizada de esquerda aspirando ao poder central", já que, segundo a interpretação do jornal, o PT é um partido em migração para a direita.

A análise é tão precisa que chega a definir em que grau do espectro ideológico se encontra o partido do governo. Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está definitivamente declarado traidor da causa de todas as esquerdas. Essas afirmações vêm numa seqüência de editoriais, artigos e numa reportagem que deveria se transformar em material didático, de consulta obrigatória em todos os cursos de jornalismo do país, como exemplo de editorialização do noticiário: aquele texto creditado a Rafael Cariello, publicado no domingo (8/6), no qual ficamos sabendo que alguns dos "mais importantes intelectuais simpatizantes do PT" haviam decretado publicamente o fim de suas esperanças, na quinta-feira anterior, durante debate na USP.

O processo de satanização do presidente da República começou com uma campanha aberta em favor da redução da taxa de juros do Copom, passou pela ampliação, com amplas repercussões, das recentes querelas do vice-presidente José Alencar, e se cristaliza numa série de artigos do colunista Clóvis Rossi, o mais lustroso porta-voz da casa.

Não é nada, não é nada, trata-se de um velho truque da imprensa nacional. Primeiro, "recomenda-se" a adoção de medidas que, de certo modo, conduzem a política econômica na direção que melhor atende aos interesses do grupo que o jornal representa. Depois, passa-se à formação de uma "base teórica" juntada com a contribuição de velhos totens da universidade, manifestada em "amplios debates" para os quais o repórter, orientado com um cuidado que infelizmente falta em todas as outras pautas, se prepara como quem vai cobrir uma Copa do Mundo.

Detalhe: "debate" sem contraditório, uma vez que todos os personagens citados são, declaradamente, intelectuais descontentes com a condução da política econômica pelo governo. Outro detalhe: na reportagem, de página inteira, apenas os porta-vozes do "fim da esperança" têm direito à palavra. Aqueles que ainda não se frustraram completamente são apenas citados como coadjuvantes, têm seu espaço reduzido, um holofote menos poderoso e, certamente, menos chance de figurar em futuros artigos na seção "Tendências/Debates", da nobilíssima página 3 da *Folha*.

"Esmagadora maioria"

Para consolidar a presença em cena dos novos personagens - que devem ser qualificados de "simpatizantes dissidentes" - e passam a se alinhar nas tropas de reserva para futuras repercussões de temas variados, a coluna de Clóvis Rossi dá de barato que a opinião pública já absorveu que "é difícil encontrar argumentos racionais para rebater a desesperança exposta pelo filósofo Paulo Arantes" ("A lógica da desesperança", 10/6/03, pág. 2). E por aí vai, cristalizando-se na consciência do leitor a idéia de que o presidente da República o traiu.

A tentativa de encurralar o presidente prosseguiu até a segunda-feira (9/6), com a manjadíssima tática de mandar um repórter descolar respostas de perguntas dirigidas a personagens bem escolhidos, depois um editorial redirecionando as interpretações e o colunista fechando com um olhar definitivo. Antes, já havia ficado claro: a *Folha* apostava numa redução de um ponto percentual na taxa de juros. Segundo Rossi ("O bode e os juros", sábado, 14/6), reduzir apenas 0,5 ponto seria deixar meio bode na sala. Ah, claro, o debate "democrático" prosseguia na página 3 do mesmo sábado, com a diferença de que o artigo do economista Ricardo Carneiro, a favor do corte imediato dos juros, tinha 40% mais espaço que o do empresário Sérgio Haberfeld, contra o corte imediato.

No domingo (15/6), dia de muitos leitores, Rossi já havia "homenageado" nossa inteligência ao expor em sua coluna a opinião de um leitor chamado Manoel Jimenez - evidentemente, corroborando seus textos dos últimos dias - afirmando que "a esmagadora maioria" dos seus leitores "escreve para concordar com críticas à manutenção do modelo econômico...". E por aí vai.

Mau jornalismo

Não é de hoje essa vocação de certa esquerda para agir constante e deliberadamente contra seus próprios interesses de preservação. Já aconteceu no Chile, foi assim durante boa parte do governo João Goulart no Brasil e, segundo relata um amigo, fundador do Movimento Tupac-Amaru, a mesma prática empurrou o Uruguai para um dos mais tenebrosos períodos de sua história.

Não é de hoje que intelectuais tentam manipular o sr. Luiz Inácio Lula da Silva e também não é fenômeno raro a editorialização cuidadosa de "reportagens" feitas sob encomenda para dar credibilidade a versões nascidas na redação. É famoso o editor que encomendava (dizem que a prática persiste, com outros personagens) a seus repórteres: "Me arrume aí alguém que diga isso". Sou testemunha dessa prática.

Há 29 anos, fui enviado a São Bernardo do Campo para entrevistar o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Paulo Vidal. Naquela semana, ele havia se licenciado e estava sentado em seu lugar o jovem Luiz Inácio da Silva, a quem chamavam Lula. A pauta, um estudo elaborado pela direção do mais vetusto partido de esquerda do país. Eu, militante-repórter, tinha a missão de obter a adesão do sindicalista àquelas idéias, por meio de declarações de princípios que depois seriam "repercutidas" junto a intelectuais, artistas e outras figuras da então cautelosa oposição ao regime militar.

Lula disse o que pensava, e o que ele pensava continua dizendo até hoje, à revelia do que possam imaginar os filósofos da USP: autonomia sindical, liberdade de expressão, uma política econômica que reduzisse a pobreza, e outras obviedades. Não consegui uma declaração sua a favor do socialismo, como estava pautado, nem qualquer palavra que se encaixasse nos propósitos da publicação, de encontrar no nascente sindicalismo do ABC um marionete que se movesse conforme as decisões do comitê.

Nas duas décadas que se passaram, vimos desfilar por trás de seus ombros, feitos papagaios de pirata, as mais reluzentes cabeças das mais celebradas casas do saber nacional, e ele seguiu cumprindo sua pauta: obteve a autonomia sindical, inspirou e levantou o maior partido de esquerda da América Latina, recriou as centrais sindicais, proporcionando até mesmo aos seus adversários políticos o direito à organização em centrais livres da tutela do Estado e, finalmente, amadureceu seu projeto de poder. Chegou à presidência da República. Com ele, subiram a rampa do Palácio do Planalto milhões de brasileiros esperançosos de uma vida melhor. Subiram também com ele os devaneios de alguns intelectuais "simpatizantes".

Lula tem um projeto para o exercício do poder. A grande massa que o elegeu segue confiando nele, como revelam as pesquisas, apesar da gravíssima situação econômica. O cenário que se seguiu à sua posse é a reversão do apocalipse que se anunciava no final de 2002. Suas decisões são acompanhadas em detalhes nos principais centros de decisão de todo o mundo, os dirigentes do Programa de Desenvolvimento Humano da ONU encomendam estudos sobre a política do governo.

Quem acompanha a história deste país nos últimos 30 anos tem noção da montanha de entulho que será preciso remover para encontrarmos uma via de desenvolvimento que não seja apenas mais uma bolha. Ninguém, em condições de sanidade e honestidade, esperaria o paraíso em seis meses. A política econômica de um país não cabe numa edição de jornal.

A economia, como todos sabem, não é uma ciência exata. Muito menos a filosofia. A elevação de economistas à condição de oráculos, promovida nos anos de inflação por jornalistas embasbacados, ajudou muitos espertalhões a ganhar muito dinheiro à custa dos brasileiros, com aquelas célebres previsões auto-realizáveis. A elevação de acadêmicos à condição de deuses é demonstração de provincianismo. Sabemos todos que os acadêmicos não conseguiram nem mesmo nos oferecer um modelo satisfatório de universidade. Afirmar que a esperança acabou porque o presidente não leu o sr. Arantes não é apenas pretensão e arrogância intelectual. É mau jornalismo.

(*) *Jornalista*

Fraqueza de Toledo agudiza crise no Peru

Com imagem de "pouco sincero" e "gastador", analistas responsabilizam presidente por incerteza política

Otávio Dias

A economia do Peru cresceu 5,2% no ano passado, o melhor resultado da América Latina, e deve crescer mais de 4% este ano. Mas, segundo pesquisa do Instituto Apoyo do último dia 16, 85% dos peruanos reprovam a gestão do presidente Alejandro Toledo, 57. Apenas 11% a aprovam.

Como se explica um descompasso tão grande entre o bom desempenho econômico do país e a baixíssima popularidade do governo? Para decifrar essa contradição, a Folha ouviu três respeitados profissionais peruanos.

A resposta foi unânime: o motivo central é o desgaste da imagem do próprio Toledo, visto como pouco sincero, gastador, desconectado das necessidades do cidadão e incapaz de liderar o país. "Não há uma crise estrutural, o que há é uma crise da pessoa do presidente", afirmou Rossana Echeandía, 41, editora de política do jornal "El Comercio", um dos mais importantes do país.

No início da semana, todo o ministério pediu demissão. O país vive um momento de incerteza política e de fortes rumores devido à dificuldade do presidente encontrar nomes para recompor o governo. Até o fechamento desta edição, Toledo ainda não havia nomeado os novos ministros. A crise é tão aguda que já se discute a possibilidade do mandato de Toledo, que termina em 2006, não chegar ao fim. Outros sugerem que o presidente indique um superministro para conduzir o governo e passe a cumprir apenas funções protocolares. "Toledo perdeu a confiança da população. Para a maioria, ele não está à altura do cargo e não tem autoridade", disse Guillermo Loli, 40, responsável pelas pesquisas do Instituto Apoyo.

Diante da questão "O que o presidente Toledo deveria fazer para gerar confiança e levantar sua popularidade?", 59% dos entrevistados escolheram, em primeiro lugar, a resposta "ser sincero, dizer a verdade". Em segundo lugar, com 51%, veio a opção "diminuir seu salário, ser austero". Em terceiro lugar, com 48%, aparece a resposta "reconhecer seus erros, deixar de culpar os outros". A pergunta permitia que o entrevistado escolhesse mais de uma resposta.

"Algumas pessoas chegam ao poder para mudar o país. Toledo passa a impressão de que, depois que chegou à Presidência, já conseguiu o que queria", diz o economista Hernando De Soto, 61. O desgaste da imagem de Toledo tem origem na campanha eleitoral, quando o então candidato fez promessas que não tinha condições de cumprir, como, por exemplo, a de dobrar o salário dos professores do sistema público. Quase dois anos passaram desde sua posse e, diante do não cumprimento da promessa, os professores peruanos desencadearam há algumas semanas uma ampla greve que, aliada a protestos de rua de outros setores, levaram o governo a decretar Estado de emergência por 30 dias. "Toledo fala mais do que deveria. A cada dia que sai às ruas, promete algo novo", diz Echeandía.

Paternidade negada

Outro episódio que contribuiu para construir a imagem de um presidente pouco sincero foi a relutância de Toledo em reconhecer a paternidade de Zaraí, sua filha nascida de um relacionamento fora do casamento, nos anos 80.

Ele só reconheceu a paternidade diante da ameaça da Justiça de forçá-lo a realizar um exame de DNA, e após Zaraí realizar uma campanha em defesa de seus direitos. Apesar de Toledo ter negado diversas vezes ser pai da menina de 14 anos, as pesquisas mostravam que 80% dos peruanos achavam ele estava mentindo.

No último dia 10, Toledo protagonizou mais um episódio que arranhou sua imagem.

O presidente anunciou, com alarde, a libertação de 60 trabalhadores da empreiteira argentina Techint que haviam sido sequestrados dois dias antes na selva peruana, possivelmente por membros do Sendero Luminoso (um dos mais violentos grupos rebeldes da América Latina nos anos 80, mas com sua força reduzida desde 1992). Entretanto, informações posteriores colocaram em dúvida a versão oficial e, embora não haja confirmação, acredita-se que os reféns tenham sido libertados após pagamento de resgate.

Gastador

Já a fama de gastador começou a se construir logo após a posse, quando Toledo aumentou seu próprio salário para US\$ 18 mil mensais (cerca de R\$ 52 mil), num país onde cerca de 50% da população vive abaixo da linha de pobreza. Diante da repercussão negativa, Toledo já foi forçado a reduzir seu salário em duas oportunidades. No Brasil, o salário do presidente é de R\$ 8.883,45. Toledo também é criticado por emendar feriados e viajar para o litoral norte do Peru, conhecido pelas praias paradisíacas frequentadas pela elite do país. "Esse tipo de atitude pode não ter importância em termos reais, mas não é o que as pessoas querem ver", diz a editora do "El Comercio".

Há poucos dias, envolveu-se em nova polêmica ao decidir viajar aos EUA para discursar, como ex-aluno, na cerimônia de encerramento do ano letivo da Universidade Stanford, na Califórnia. A viagem não agradou por ter um caráter estritamente pessoal num momento em que o país vive uma crise política. Para piorar as coisas, Toledo insistiu em usar o avião presidencial apesar de o Congresso ter determinado que ele deveria viajar em avião comum, pagando as despesas.

"Toledo perdeu a conexão com a população", diz Loli, do Instituto Apoyo. "Se o presidente Lula [Luiz Inácio Lula da Silva] for a um estádio de futebol, será aplaudido. Toledo não pode fazer isso." Mas o "calvário" de Toledo não termina aí. Sua falta de pontualidade é motivo de piada em Lima. Quando alguém atrasa para um compromisso, diz-se que funciona de acordo com a "hora Cabana", em referência ao local onde nasceu o presidente.

Outro lado

A **Folha** telefonou para a Embaixada do Peru em Brasília na última quinta-feira e pediu uma entrevista com o embaixador sobre a crise política no Peru e o presidente Toledo. A resposta foi que o representante do Peru não responderia às perguntas do jornal.

A reportagem também entrou em contato com o escritório de imprensa do Palácio do Governo, em Lima, solicitando uma conversa com o porta-voz do presidente. Segundo o chefe de informação da Presidência, Sergio Carrasco, não havia ninguém para comentar questões relativas à imagem presidencial.

Folha de São Paulo, 29/06/2003, Mundo

Para onde vai o império americano?

Política que domina Washington é tão insensata que é difícil captar sua real finalidade

*Eric Hobsbawn
Especial*

A atual situação internacional não tem precedentes. Os grandes impérios mundiais de outrora, tal como o império espanhol dos séculos 16 e 17 e, muito particularmente, o império britânico dos séculos 19 e 20, têm pouca coisa em comum com o atual império americano.

A globalização atinge um estágio inédito em três planos: a interdependência, a tecnologia e a política.

Em primeiro lugar, vivemos em um mundo tão interdependente que as operações atuais estão concatenadas entre si e qualquer interrupção tem conseqüências globais imediatas. Tomemos como exemplo a epidemia de síndrome respiratória aguda severa, cuja origem desconhecida se situa sem dúvida em alguma parte da China: ela assumiu proporções de fenômeno global. Seu efeito perturbador sobre a rede mundial dos transportes, sobre o turismo, sobre todo tipo de conferências e de instituições internacionais, sobre os mercados mundiais e até mesmo sobre toda a economia de alguns países se fez sentir com uma rapidez impensável em nenhuma outra época anterior.

Depois, o enorme poder de uma tecnologia, constantemente revolucionada, se impõe no campo econômico e sobretudo militar. A tecnologia continua sendo mais decisiva do que nunca nos assuntos militares.

O poder político em escala global exige de agora em diante o domínio desta tecnologia, à escala de um Estado geograficamente muito vasto. Isso não era levado em conta anteriormente. A Grã-Bretanha, que reinou sobre o império mais vasto de seu tempo, era apenas um Estado de grandeza média, mesmo de acordo com

os critérios dos séculos 18 e 19. E, no século 17, a Holanda - um Estado de tamanho comparável ao da Suíça - pôde tornar-se um ator global.

Atualmente, é inconcebível que um Estado, por mais rico e tecnologicamente avançado que seja, torne-se uma potência mundial se não for relativamente gigante.

Enfim, a política apresenta em nossos dias um caráter complexo. Nossa época é ainda a dos Estados-nações - único elemento onde a globalização não funciona. Mas trata-se de um Estado de um tipo particular no qual - e este é virtualmente o caso de todos - a população comum exerce um papel importante.

No passado, os responsáveis pelas decisões governavam sem se preocupar muito com o que a maioria poderia pensar.

No final do século 19 e início do século 20, os governos podiam apostar tranqüilamente numa mobilização de seus povos. Seja como for, mais do que outrora, eles devem atualmente levar em conta aquilo que a população pensa ou aquilo que ela está disposta a fazer.

Ao contrário do projeto imperial americano - e aí está a grande novidade -, todas as grandes potências e todos os impérios sabiam que não estavam isolados e ninguém buscava dominar o mundo sozinho. Ninguém se considerava invulnerável, embora todos se considerassem o centro do mundo, como a China, por exemplo, ou o império romano em seu apogeu.

No sistema de relações internacionais que regeu o mundo até a guerra fria, a dominação regional representava o perigo máximo. É preciso não confundir a possibilidade de ter acesso ao conjunto do planeta - que se concretizou em 1492 - e a dominação global deste mesmo planeta.

No século 19, o império britânico foi o único realmente "global" no sentido de que sua ação se estendia a todo o planeta e, deste ponto de vista, isso é sem dúvida um precedente para o império americano. Em contrapartida, os russos da era comunista, que sonhavam também com um mundo novo, sabiam muito bem, mesmo quando a União Soviética se situava no auge de seu poder, que a dominação do mundo estava fora de seu alcance: contrariando a propaganda da guerra fria, eles jamais pretenderam verdadeiramente chegar até este ponto.

Mas as ambições americanas atuais diferem totalmente das pretensões da Grã-Bretanha de há um século ou mais. Os Estados Unidos representam um país fisicamente vasto, com uma das populações mais importantes do planeta e uma demografia em crescimento (ao contrário da União Européia) em razão de uma imigração quase ilimitada.

Além disso, existem diferenças de estilo. Em seu apogeu, o império britânico ocupava e administrava uma quarta parte da superfície do globo. Os Estados Unidos na verdade jamais praticaram o colonialismo - com uma breve exceção durante a moda do imperialismo colonial, no final do século 19 e início do século 20.

Eles preferiam apoiar-se sobre Estados dependentes ou satélites, principalmente no hemisfério ocidental, onde não temiam praticamente nenhum rival. Ao contrário da Grã-Bretanha, eles desenvolveram no século 20 uma política de intervenção militar nos Estados.

Como naqueles tempos o braço armado do império mundial era a Marinha, o império britânico apoderou-se de bases navais e pontos de apoio intermediário de importância estratégica no mundo inteiro. É por isso que a "Union Jack", a bandeira do império, tremulava - e tremula ainda hoje - desde Gibraltar até as Falklands-Malvinas, passando por Santa Helena. Os americanos não tiveram necessidade desse tipo de bases fora do Pacífico, a não ser depois de 1941 e buscaram estas bases de acordo com o que se poderia realmente chamar então de uma "coalizão de boas vontades" (coalition of the willing).

A partir de então, a situação é diferente. Eles sentem a necessidade de garantir diretamente um número muito grande de bases militares, continuando ao mesmo tempo a controlar indiretamente os países.

Enfim, existem diferenças importantes na estrutura do Estado no plano interno e em sua ideologia. O império britânico tinha um desígnio britânico, e não universal, embora, naturalmente, seus propagandistas buscassem igualmente motivos mais altruístas para esse desígnio. E assim a abolição do tráfico de escravos serviu para justificar a potência naval britânica, exatamente como os direitos humanos servem freqüentemente para justificar a potência militar americana.

À semelhança da França e da Rússia revolucionárias, os Estados Unidos representam uma grande potência fundada sobre uma revolução universal e animada de fato pela idéia de que o restante do mundo deve seguir seu exemplo - e até mesmo que esta potência deve libertar o mundo. Nada existe de mais perigoso do que um império que defende os próprios interesses, imaginando que desta forma está prestando serviço à humanidade inteira.

A diferença essencial, entretanto, refere-se ao fato de que o império britânico, embora tenha sido global - e, em certo sentido, ainda mais do que o império americano atual, pois possuía sozinho um domínio dos mares superior ao atual domínio dos céus por parte de qualquer outro país - não buscava adquirir um poder global nem mesmo um poder militar e político terrestre em certas regiões, como a Europa e a América.

O império servia a interesses fundamentais da Grã-Bretanha, ou seja, os interesses econômicos, intrometendo-se o mínimo possível nos assuntos dos outros. Os britânicos estavam sempre conscientes de seus limites em termos de tamanho geográfico e de recursos. Depois de 1918, o império teve profunda consciência de seu declínio.

Por outro lado, o império mundial da primeira nação industrializada soube moer o grão de uma globalização que o progresso da economia inglesa contribuiu muito para desenvolver. Ele representava um

sistema de comércio internacional que, à medida que a indústria se desenvolvia na metrópole, dependia essencialmente da exportação de produtos manufaturados para os países menos desenvolvidos; em troca, permitia que Londres se tornasse o maior mercado de matérias-primas do planeta. Depois que deixou de ser o ateliê do mundo, a Grã-Bretanha tornou-se o centro do sistema financeiro mundial.

Não aconteceu o mesmo no caso da economia americana. Esta repousava sobre a proteção das indústrias do país contra a competição externa sobre seu mercado, potencialmente gigantesco, um fator que continua sendo em nossos dias um elemento importante da política americana. Mas o fato de que esta economia não ocupe mais no mundo industrial de hoje a antiga posição dominante constitui precisamente um dos pontos fracos do império americano do século 21.

A América importa do restante do mundo vastas quantidades de bens manufaturados e isso suscita, por parte dos interesses comerciais americanos e também do eleitorado, uma reação protecionista.

Existe uma contradição entre a ideologia de um mundo dominado por um livre intercâmbio comercial sob o controle americano e os interesses políticos de elementos importantes, comprometidos com esta ideologia, nos Estados Unidos.

Uma das maneiras de resolver o problema consiste em desenvolver o comércio de armamentos. Esta é outra diferença entre os impérios britânico e americano. Desde a 2.^a Guerra Mundial em particular, a acumulação de armas em tempos de paz atingiu nos Estados Unidos um nível inaudito, sem precedentes na história moderna, e que pode explicar a dominação exercida pelo "complexo-militar-industrial" denunciada em seu tempo pelo presidente Dwight Eisenhower.

Durante os 40 anos da guerra fria, os dois campos falaram e agiram como se se tratasse de uma guerra física, ou como se esta guerra estivesse prestes a explodir. O império britânico atingiu seu ponto mais alto durante um século (de 1815 a 1914) que não conheceu guerras internacionais importantes. E, apesar da desproporção manifesta entre as potências americana e soviética, esse movimento de crescimento impresso à indústria americana de armamentos é sensivelmente acentuado, mesmo antes do fim da guerra fria, e continuou depois dela.

Esta "guerra" transformou os Estados Unidos em potência hegemônica do mundo ocidental. Contudo, esta supremacia se exercia à testa de uma aliança. Com certeza, ninguém tinha ilusões a respeito da importância relativa dos parceiros. O poder se encontrava em Washington e em nenhuma outra parte. De certo modo, a Europa reconhecia então a lógica do império mundial americano:

atualmente Washington se irrita porque na verdade seu império e seus objetivos não são mais aceitos.

Não existe mais "coalizão de boas vontades" porque a política americana atual é a mais impopular jamais praticada por um governo dos Estados Unidos e provavelmente por qualquer outra grande potência.

Outrora, os americanos dirigiam suas relações com uma cortesia tradicional nos assuntos internacionais, tendo em vista o fato de que os europeus se encontravam na primeira linha no combate contra os Exércitos soviéticos:

tratava-se de uma aliança que sujeitava a Europa aos Estados Unidos, por causa de sua dependência da tecnologia militar americana.

Washington continuou sistematicamente oposto à criação de uma força armada independente na Europa. O desacordo de longa data entre americanos e franceses - que remonta à época do general Charles de Gaulle - encontra sua origem na recusa, por parte de Paris, de uma aliança congelada e na vontade da França de manter um potencial independente a fim de prover-se de um equipamento militar de alta tecnologia. Apesar das tensões, a aliança representava, entretanto, uma verdadeira "coalizão de boas vontades".

Depois da dissolução da União Soviética, os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência, que nenhuma outra grande nação desejava ou podia desafiar. Esta repentina, extraordinária, brutal e hostil exibição de força é muito mais difícil de compreender porque não se enquadra nem com a política imperial experimentada de longa data e posta em ação durante a guerra fria, nem com os interesses econômicos americanos.

A política que domina Washington desde bem pouco tempo parece tão insensata aos observadores externos que é difícil captar sua real finalidade. Para as pessoas que dominam completamente, ou pelo menos pela metade o processo decisório nos EUA, trata-se manifestamente de afirmar uma supremacia global pela força militar, mas o objetivo desta estratégia continua obscuro.

Será que esta estratégia tem chances de sucesso? O mundo é muito complicado para ser dominado por um único Estado. Sem esquecer que, deixando de lado a superioridade militar, os Estados Unidos dependem de recursos que estão se reduzindo ou estão correndo o risco de reduzir-se. Embora sua economia seja possante, a parte que ela representa na economia mundial está diminuindo.

Ela é vulnerável tanto a curto quanto a longo prazo: imaginemos por exemplo que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) decida amanhã faturar o barril de petróleo em euros, e não em dólares.

Eric Hobsbawm é historiador e autor, entre outros livros, de "A Era dos Extremos" e o "Breve Século XX 1914-1991"

O Estado de S.Paulo, 29/06/2003, Internacional

Perigo atual: um mundo desestabilizado

Estratégia de dominação militarista torna cenário mundial muito mais instável

*Eric Hobsbawn
Especial*

É forçoso constatar que os americanos menosprezaram a maior parte de seus triunfos políticos nestes últimos 18 meses, muito embora ainda lhes restem alguns. Com certeza, persiste ainda a influência preponderante de sua cultura e da língua inglesa. Mas a principal vantagem de que eles dispõem em seu projeto imperial está relacionada com o plano militar. Nesse plano, o império americano é inigualável e provavelmente ainda o será em futuro previsível. Essa vantagem, decisiva nos conflitos localizados, não é necessariamente no conflito absoluto. Mas, na prática, nenhum país, nem mesmo a China, conta com o nível tecnológico dos EUA. Embora seja preciso refletir a respeito dos limites da superioridade tecnológica pura e simples.

Com toda a certeza, teoricamente os americanos não pensam em ocupar todo o planeta. Seu objetivo é fazer a guerra para instalar governos amigos. Isso não dará resultado.

Em termos puramente militares, a guerra no Iraque foi um grande sucesso. Todavia, preocupado unicamente com este objetivo, o governo Bush ultrapassou as necessidades impostas quando se ocupa um país, que precisa ser administrado e mantido, como o fizeram os britânicos, no caso da Índia, modelo de colonialismo clássico. A "democracia modelo" que os americanos querem oferecer ao mundo inteiro através do Iraque não tem na realidade nada de um modelo. Acreditar que eles possam fazer a economia como verdadeiros aliados entre os outros países ou como um verdadeiro apoio nos países que podem conquistar (mas não administrar) militarmente de agora em diante, é fruto da fantasia.

A guerra no Iraque representa um exemplo da frivolidade dos responsáveis pelas decisões em Washington. O Iraque é um país derrotado, mas que recusou a submissão. Esse país se encontrava tão debilitado que parecia fácil destruí-lo. Acontece que ele possui também alguns triunfos, como o petróleo, mas o objetivo essencial da operação reside na demonstração de força internacional. A política invocada pelos extremistas de Washington, a saber, uma refusão, uma transformação total de todo o Oriente Médio, não tem sentido. Se eles pensam em derrubar o reino saudita, o que irão pôr em seu lugar? Se eles pensassem seriamente em mudar a "distribuição das cartas" na região, só há uma coisa a fazer, nós sabemos: fazer pressão sobre os israelenses. O pai de George W. Bush fez isso em 1991 depois da primeira Guerra do Golfo, mas seu sucessor na Casa Branca não fez o mesmo. Em vez disso, destruiu um dos dois governos leigos do Oriente Médio e sonha fazer o outro sofrer a mesma sorte.

A maneira como essa ação foi apresentada publicamente destaca a sua falta de consistência. Longe de corresponder a uma estratégia, expressões como "o eixo do mal", ou o "mapa da estrada", são apenas frases feitas que se acredita estarem dotadas de um poder por si próprias. Essa "nova língua", impingida ao mundo há 18 meses, trai a ausência de política real. O próprio George W. Bush não faz política, ele apenas a exerce. Alguns responsáveis, como Richard Perle e Paul Wolfowitz, imitam Rambo quando falam em público ou em particular. Apenas uma coisa importa: a onipotência americana. Traduzindo essa linguagem: é preciso compreender que os Estados Unidos podem invadir qualquer país, contanto que ele não seja muito grande e a vitória seja rapidamente conquistada. Não se poderia chamar isso de estratégia. Nem se poderia esperar que isso dê bom resultado.

As conseqüências podem ser muito perigosas para a América. No plano interno, um país que procura controlar o mundo, essencialmente por meios militares, corre o risco, até agora seriamente subestimado, de uma militarização. No plano internacional, o perigo é o de uma desestabilização do mundo.

Prova disso é a instabilidade que reina atualmente no Oriente Médio, muito pior do que há dez anos, ou mesmo do que há cinco anos. A política americana enfraqueceu todos os esforços de solução possíveis, oficiais e oficiosos, para a manutenção da ordem. Na Europa, ela demoliu a Organização do Tratado do Atlântico Norte – o que não representa uma grande perda; mas tentar transformá-la em força de polícia militar mundial a serviço dos Estados Unidos equivale a uma farsa.

Washington sabotou deliberadamente a União Européia e procura também liquidar sistematicamente uma das grandes realizações do pós-guerra, ou seja, o "Estado do bem-estar social", democrático e próspero. Em contrapartida, a crise de credibilidade das Nações Unidas me parece menos grave: a organização nunca esteve em condições de implementar uma ação, a não ser marginal, pois depende totalmente do Conselho de Segurança e do uso, por parte dos americanos, de seu direito de veto.

Como o mundo irá se comportar diante dos Estados Unidos, ou seja, como irá conter este país? Alguns, naturalmente, julgando que não têm os meios para isso, preferirão cerrar fileiras em torno dele. Mais perigosos são os que detestam a ideologia veiculada pelo Pentágono, mas apóiam o projeto americano, sob o pretexto de que ele acabaria eliminando centenas de injustiças locais e regionais. Este tipo de "imperialismo dos direitos humanos" foi alimentado pelo fracasso da Europa nos Bálcãs no curso da década de 1990. No debate público a respeito da guerra no Iraque, apenas uma minoria de intelectuais influentes – como Michael Ignatieff ou Bernard Kouchner – fez apelos em favor do apoio à intervenção americana, julgando necessário o recurso à força a fim de colocar ordem nas desgraças do mundo. Com certeza, alguns governos são tão

perigosos que seu desaparecimento representaria uma vantagem para o mundo inteiro. Mas isso não poderia ser uma justificativa para assumir o risco que representa para o planeta uma potência mundial que se interessa ao mesmo tempo por um mundo que ela não compreende e que pode intervir pela força armada contra quem quer que seja que não lhe agrade.

Nos bastidores, vemos crescer a pressão exercida sobre a mídia: num mundo onde a opinião pública tem muita importância, esses meios constituem também objeto de enormes manipulações. Por ocasião da Guerra do Golfo (1990-1991), para evitar reeditar a situação do Vietnã, os membros da "coalizão" tentaram impedir a mídia de se aproximar do campo de batalha. Foi inútil: em Bagdá, havia órgãos de comunicação, como a CNN, para cobrir os acontecimentos, contrariando os desejos de Washington. Durante a guerra do Iraque, ao contrário, alguns jornalistas se integraram entre as tropas no próprio campo de batalha, para ter um peso melhor sobre a sua visão. Na verdade, nada foi muito bem. No futuro, com toda a certeza, se tentará encontrar meios de controle mais eficazes, talvez meios diretos, meios tecnológicos. Contudo, o conluio entre governos e detentores de monopólios de comunicação sempre será mais eficaz do que a Fox News nos Estados Unidos ou o império de Silvio Berlusconi na Itália.

É impossível dizer quanto tempo irá durar a superioridade americana. A única coisa a respeito da qual estamos absolutamente certos é que se trata de um fenômeno temporário na história, como o foram todos os impérios. No espaço de uma existência, nós vimos o fim de todos os impérios coloniais, o do pretense "Império dos mil anos", de Hitler, que durou apenas 12, e o fim do sonho soviético de revolução mundial.

O império americano poderia soçobrar por razões internas, sendo a mais imediata a de que o imperialismo – no sentido de dominação e administração do mundo – não interessa à maioria dos americanos, preocupados mais do que tudo com o que lhes possa acontecer nos Estados Unidos. A economia está tão enfraquecida que o governo e o eleitorado americanos decidirão um dia que é mais importante se concentrar nas preocupações domésticas do que se lançar em aventuras no exterior. Visto que os próprios americanos deverão em grande parte financiar essas intervenções militares exteriores, como acontece atualmente – embora não tenha sido esse o caso da Guerra do Golfo e, em grande medida, da guerra fria.

Desde 1997-1998, a economia capitalista mundial conhece uma crise. Naturalmente, ela não vai se afundar, mas é improvável que os Estados Unidos continuem conduzindo uma política externa ambiciosa, pois problemas muito graves se apresentam no plano interno. A política econômica nacional de Bush não responde necessariamente aos interesses mais locais. E sua política internacional não é mais tão necessariamente racional, mesmo do ponto de vista dos interesses imperiais americanos, e certamente não corresponde aos interesses do capitalismo americano. Daí as divergências de opinião no seio do governo.

A questão é saber o que os americanos irão fazer agora e como irão reagir os outros países. Será que alguns, como o Reino Unido – único outro membro verdadeiro da coalizão reinante – irão dar um passo à frente e apoiar qualquer plano de Washington, seja ele qual for? Os governos devem sinalizar que existem limites para a potência americana. Até agora, a Turquia deu a contribuição mais positiva nesse sentido, afirmando simplesmente que não estava disposta a tomar certas decisões, embora sabendo que elas lhe seriam benéficas.

Na hora atual, o objetivo principal é – se não o de conter – pelo menos o de educar, ou reeducar os EUA. Houve um tempo em que o império americano conhecia seus limites, ou pelo menos, as vantagens que podia auferir se comportando como se tivesse seus limites. Isso em grande parte era por medo do outro – a União Soviética. Agora que esse medo desapareceu, apenas o interesse bem compreendido e a educação podem substituir esse temor.

Eric Hobsbawn é historiador e autor, entre outros livros, de "A Era dos Extremos" e o "Breve Século XX 1914-1991"

O Estado de S.Paulo, 29/06/2003, Internacional

Guantánamo: a base do terror

EUA criarão tribunal militar para julgar os 680 prisioneiros do local, comparado a campos de concentração

Fernanda Nidecker

Os Estados Unidos avançaram em sua luta contra o terror - deflagrada após os atentados de 11 de setembro de 2001 - ao confirmarem, na semana passada, a criação de tribunais militares para julgar os acusados de crimes de terrorismo. O anúncio foi feito pelo secretário de Defesa americano, Donald Rumsfeld, que delegou ao subsecretário, John Wolfowitz - um dos maiores falcões do Pentágono - poderes irrestritos sobre os destinos dos 680 presos mantidos na Base Naval americana de Guantánamo, em Cuba.

Os prisioneiros são acusados de ligação com a rede terrorista Al Qaeda e com o antigo regime talibã do Afeganistão, deposto pelos EUA em 2001. A medida se estende ainda a supostos terroristas de outros países detidos em prisões dos EUA, mas não será aplicada a cidadãos americanos.

Wolfowitz terá autoridade para definir as acusações que recairão sobre cada acusado e também para nomear os oficiais militares que atuarão como juízes e jurados nos processos. No mês passado, o Pentágono

nomeou o coronel Frederic Borch como chefe da promotoria e o coronel Will Gunn como advogado de defesa para atuar nas comissões dos futuros tribunais, já que os presos não terão acesso a advogados particulares.

Os EUA estabeleceram alguns critérios para determinar quem será julgado no novo sistema penal: participação ou ligação com a Al Qaeda, ter cometido ou auxiliado na elaboração de algum ato terrorista contra os EUA e ter abrigado ou acobertado membros da Al Qaeda.

As autoridades americanas em Guantánamo já cogitam a criação de uma câmara de execução, uma vez que os tribunais poderão condenar os acusados à morte. Há também o projeto de construção de um bloco especial para abrigar os prisioneiros condenados à pena capital.

Desde a instalação da prisão americana em Guantánamo, no início de 2002, uma das maiores batalhas das organizações de direitos humanos internacionais tem sido pressionar os EUA a atribuírem aos detidos o status de prisioneiros de guerra. Os presos, provenientes de 42 países, são classificados, porém, apenas como "combatentes inimigos", o que os enquadra em um tipo de criminoso difícil de se definir na maioria dos sistemas penais.

Para a coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), Carolina Campos Melo, com a medida, os Estados Unidos ainda violam outras normas internacionais, ao não formularem acusações formais contra os suspeitos e ao proibirem visitas e o acesso à assessoria jurídica.

- Reconhecê-los como prisioneiros de guerra, como prevêem os termos da Convenção de Genebra, implicaria levá-los a tribunais internacionais e conceder-lhes uma série de direitos que não interessam ao governo dos EUA - explica a coordenadora.

Outro ponto desfavorável aos prisioneiros é que, apesar de a base militar estar sob o domínio americano, não é considerada parte do território dos EUA. Isto os priva de serem julgados de acordo com a jurisdição dos tribunais americanos.

Um dos principais motivos para manter os acusados ilhados no Sul de Cuba é que não é fácil fugir de lá. Além de ser cercada por minas, a base é banhada por águas cheias de tubarões. Para Carolina Melo, a base de Guantánamo pode ser comparada a um campo de concentração.

- Se há pessoas que não sabem do que estão sendo condenadas, por quanto tempo ficarão encarceradas, se estão isoladas do mundo e excluídas de qualquer enquadramento jurídico, isso pode ser comparado à situação vivida nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial.

O presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Antônio Celso Alves Pereira, afirma que uma das grandes dificuldades para o julgamento dos acusados de terrorismo é que ainda não há uma definição internacional do termo.

- Ainda não há uma legislação específica para tratar o terrorismo porque é um processo ainda em evolução. Um dos maiores desafios das Nações Unidas atualmente é justamente tentar consolidar normas definitivas para enquadrar esta nova modalidade de crime.

Pereira acrescenta que com a surgimento de organizações terroristas, como a Al Qaeda, "é cada vez mais urgente a criação de leis que se apliquem a atores difusos, sem rostos".

Suicídio foi tentado por 25 presos

Além de serem submetidos a leis ainda não especificadas, os prisioneiros de Guantánamo vêm sendo vítimas de torturas e outros tipos de maus-tratos, denunciam ONGs de Direitos Humanos espalhadas pelo mundo. A Human Rights Watch (HRW) e a Anistia Internacional (AI) vêm reivindicando, junto ao governo dos EUA, a melhoria das condições de vida dos prisioneiros da base, amontoados em celas de 1,80m por 2,60m, proibidos de receber visitas e qualquer assistência jurídica.

Michael Greenberger, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Maryland (EUA), acha que as condições dos prisioneiros são vexatórias:

- Além das torturas físicas, eles são submetidos a métodos de tortura psicológica, igualmente dolorosas.

Um dos presos, o padeiro paquistanês Shah Mohamad, liberado em abril, contou à BBC como é a realidade na base. Os prisioneiros recebem injeções e pílulas antes dos interrogatórios.

- Eles diziam que eu sou louco - conta, lembrando que teve a cabeça e a barba raspadas antes de ter mãos e pés amarrados, para ser levado à base.

- Puseram fita crepe na minha boca e pedaços de pano nos meus ouvidos - diz. - Não podíamos rezar e comíamos pouco.

Já houve 25 tentativas de suicídio por parte de 17 prisioneiros. Quinze dessas tentativas aconteceram este ano.

Na sexta-feira, o Pentágono divulgou uma carta afirmando que "não permitirá e não tolerará a tortura por parte de seus funcionários, não importa quais forem as circunstâncias". Para Greenberger, é bom sinal:

- Até Colin Powell enviou uma carta a Rumsfeld pedindo que os presos de Guantánamo sejam classificados como prisioneiros de guerra e submetidos à Convenção de Genebra. Isto prova que a chancelaria americana está sendo pressionada por diplomatas estrangeiros - diz Greenberger.

Em abril, militares americanos admitiram que três menores com idades entre 13 e 16 anos estavam detidos em Guantánamo. A notícia foi mal-recebida pelos americanos.

- Os americanos estão conscientes das atrocidades que estão sendo cometidas lá. Sabemos que isto depõe contra os EUA - diz Greenberger.

Até agora, apenas a Cruz Vermelha teve acesso, em janeiro de 2002, aos prisioneiros. A organização conseguiu estabelecer um sistema de troca de mensagens com familiares. (F.N.)

Onde estão os acusados de terrorismo

Afeganistão

Três mil suspeitos de ligação com a Al Qaeda ou com o Talibã são mantidos prisioneiros na Base Aérea americana de Bagram A Cruz Vermelha denunciou que os detidos são submetidos a severas práticas de tortura.

Estados Unidos

Cerca de 1.200 pessoas foram detidas depois dos atentados de 2001 e pelo menos 484 ainda estão presas, no território americano. O governo se recusa a divulgar as identidades dos acusados. Instituições dos Direitos Humanos denunciaram práticas de tortura, prisões por tempo indeterminado e regras de confinamento que chegam a 23 horas por dia.

Reino Unido

O país tem 402 presos sob acusação de terrorismo. Até agora, 49 foram acusados e esperam julgamento. Cinco já foram condenados. Os prisioneiros têm acesso restrito a familiares e advogados.

Cuba

Algo em torno de 680 homens estão presos na Base Naval americana de Guantánamo. São considerados os suspeitos de terrorismo mais perigosos do mundo. A maioria dos detidos são afegãos ou paquistaneses, mas há alguns britânicos e australianos. Pouco se sabe sobre o cotidiano na base. Mas há relatos de longas sessões de interrogatório e tortura psicológica

China

Pelo menos 400 muçulmanos foram presos desde que o país aderiu à luta contra o terror para combater o Movimento Islâmico Turquistão do Leste, financiado por Osama Bin Laden.

Índia

Cerca de 300 pessoas estão presas no país, após a decretação do Ato de Prevenção ao Terrorismo, em 2002. A lei é aplicada principalmente contra separatistas da Caxemira.

Egito

Estima-se que mais de mil suspeitos de ligação com a rede Al Qaeda foram transferidos do Afeganistão para as prisões do país.

Jornal do Brasil, 29/06/2003, Internacional